



**PREFEITURA  
MUNICIPAL  
DA LAPA**

Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro  
CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000

<https://lapa.atende.net>

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026

**PREGÃO ELETRÔNICO  
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**Nº 013/2026**

Torna-se público que o(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, por meio do(a) do Departamento de Compras, Licitações e Contratos/Divisão de Licitações, sediado na Rua Barão do Rio Branco, 1709, Centro, Lapa - PR, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Federal Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Municipal nº 4.018 de 21 de outubro de 2022, do Decreto Municipal nº 26.815, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 21.237, art. 5º, inciso IV, de 24 de março de 2015, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 (Sicaf Digital), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Data da Sessão:** 29 de maio de 2026.

**Horário:** 09:30 horas.

**Local:** Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/> –  
**UASG:** 987657

Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.

**1 OBJETO:**

A presente licitação tem por objeto a aquisição de medicamentos hospitalares da Atenção Básica e Saúde Mental para suprir as necessidades de atendimento das unidades hospitalares, pré-hospitalares, farmácia municipal e demais unidades de saúde da Prefeitura Municipal da Lapa, conforme especificações que constam do Termo de Referência - Anexo I.

**Informamos que devido a atualização do sistema [compras.gov.br](https://www.gov.br/compras), para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (Ex: 90002/2026).**

**2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R\$ 1.117.441,10** (Um milhão, cento e dezessete mil, quatrocentos e quarenta e um reais e dez centavos)

**3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

As despesas decorrentes de fornecimentos correrão a conta das dotações expressamente consignadas no orçamento vigente à época do pedido.



#### **4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações COMPRASNET. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/> e [lapa.atende.net](https://lapa.atende.net)

Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro (a) e equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 27.716, de 15 de abril de 2024.

#### **5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:**

##### **5.1 DA FORMA DE ENVIO:**

Os pedidos deverão ser enviados preferencialmente através do email: [licitalapa@gmail.com](mailto:licitalapa@gmail.com), ou ainda, protocolados junto a administração no endereço: Rua Barão do Rio Branco, 1709 – fundos – Lapa - PR – CEP 83.750-000, Lapa / Paraná

O atendimento será feito no horário das 09h às 12h e das 13:30h às 17h.

Maiores informações podem ser obtidas através dos fones: (41) 3547-8029 e 3547-8030.

##### **5.2 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

5.2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de **até 3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame e que serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

##### **5.3 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:**

As razões de recurso e as contrarrazões deverão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma utilizada para a realização do pregão eletrônico.

5.3.1. Após o julgamento em definitivo da aceitabilidade das propostas, e da análise dos documentos de habilitação será oportunizado aos licitantes o prazo mínimo de 10 (dez) minutos para manifestação da intenção de recursos.

5.3.1.1. Neste momento não cabe ao agente de contratação analisar o mérito do apontamento, cabendo apenas avaliar o atendimento dos pressupostos básicos da manifestação.

5.3.1.2. Aceita a intenção de recursos, o licitante terá o prazo de 03 (três) dias úteis para expor suas razões no campo próprio da plataforma.

5.3.1.3. Atendido o previsto no item 5.3.1.2, os demais licitantes ficam convocados para se quiserem, apresentarem suas contrarrazões, igualmente no prazo de 03 (três) dias úteis.



#### **5.4 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:**

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, em <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e no portal [lapa.atende.net](https://lapa.atende.net).

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema eletrônico disponível em [lapa.atende.net](https://lapa.atende.net), através de consulta pública, usando o número da licitação.

### **6 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

#### **6.1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.**

6.1.1. Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores estimados que serão considerados máximos, conforme estabelece o art. 59, inciso III da Lei nº 14.133, de 2021.

##### **6.1.2. Requisitos para a proposta de preços:**

- Nome, endereço e CNPJ da empresa;
- Número do processo e do Pregão;
- Apresentação do item pela Denominação Comum Brasileira (DCB) do(s) princípio(s) ativo(s) e obedecer às especificações técnicas constantes no Termo de Referência;
- Concentração ou dosagem do produto;
- Nome fantasia (marca), se houver;
- Laboratório fabricante;
- País de origem, caso não seja nacional;
- Forma farmacêutica (ex: comprimido, cápsula, suspensão, creme, etc.);
- Embalagem primária e secundária a ser fornecida (Ex.: caixa com 50 frascos com 100 mL, caixa com 50 blisters com 10 comprimidos, etc.);
- Número de registro do produto no Ministério da Saúde (Para aqueles produtos que tenham isenção de registro, apresentar a Declaração e/ou apresentação de Portarias e RDCs (emitidas pelo Ministério da Saúde ou seus órgãos) comprovando-a), SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.
- Caso hajam alterações na Denominação Comum Brasileira (DCB) de algum dos medicamentos, todos os documentos serão devidamente analisados de forma a comprovar a informação.
- Em caso de medicamento genérico esta indicação deverá constar da proposta, conforme Artigo 2º, §2º da Lei 9.787 de 11 de Fevereiro de 1.999. “Nas aquisições de medicamentos a que se refere o caput deste artigo o medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre os demais em condições de igualdade de preço”.
- Os preços cotados deverão observar as disposições contidas na Orientação Interpretativa número 02/2006, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos. Contudo o valor unitário final proposto pela empresa será conferido junto a tabela CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos). A administração não pagará valores acima do preço de fábrica, para a marca cotada, estabelecida na tabela da CMED disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/precos>
- A não observância ou descumprimento das normas do Coeficiente de Adequação de Preços – CAP pelo licitante poderá acarretar no encaminhamento de denúncia, acompanhada de todos os documentos comprobatórios, à Secretaria Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED.

6.1.2. O intervalo mínimo entre os lances ofertados é de R\$0,01.



## **6.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

6.2.1- O critério de julgamento adotado será o menor preço, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei n.º 14.133/2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

6.2.2- A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de entrega por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei n.º 14.133/2021.

## **6.3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:**

O prazo de validade das propostas, não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias.

## **6.4 PROPOSTA PARCIAL:**

6.4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

## **6.5 RESERVA DE ITENS PARA ME E EPP:**

**Amparado pelo previsto no Art. 49, III, da LC. 123/2006, não se aplica o benefício previsto no Art. 48, III da referida lei, conforme justificativa apresentada pelo setor requisitante, sem prejuízo, no entanto, aos benefícios previstos nos Art. 43 e Art. 44 da mesma normativa.**

**Fica assegurado o benefício previsto na Lei. Complementar 123/2006, art. 47, para as empresas enquadradas como ME/EPP, em especial nos requisitos de desempate previstos nos arts. 44 e 45 da referida lei.**

## **6.6 AMOSTRA:**

Não se aplica.

## **6.7 CONSÓRCIO:**

“Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e aquelas estabelecidas neste edital.

6.7.1. As empresas consorciadas deverão ter objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

6.7.2. O arrematante entregará, junto com os documentos de habilitação:

- a) o compromisso público ou particular registrado em cartório de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;
- b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

6.7.3. Os Documentos de Habilitação (Anexo II) deverão ser apresentados por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e, para



efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação.

6.7.4. A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outro licitante.

6.7.5. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

6.7.6. A empresa líder será a representante do consórcio perante a Contratante e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

6.7.7. Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

6.7.8. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.

6.7.9. Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada.

6.7.10. Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso. ”

## **6.8 ANEXOS:**

- Anexo I – Termo de Referência/Estudo Técnico Preliminar;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Minuta da Ata/Contrato;
- Anexo VII - Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VIII – Declaração LGPD;

## **7 - CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO**

### **7.1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO**

7.1.1. O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do COMPRASNET, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.1.2. O pregão será conduzido por servidor (a) público (a) denominado (a) pregoeiro (a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração promotora do certame, a Prefeitura Municipal da Lapa - PR.

7.1.3. O (a) pregoeiro (a) exercerá as atribuições previstas no artigo 8º da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4. Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração promotora do certame o COMPRAS GOVERNAMENTAIS (Comprasnet), conforme instruções que podem ser obtidas na página [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) ou, ainda, por meio dos telefones (41) - 3547-8029 e 3547-8030.

7.1.4.1. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração municipal COMPRAS GOVERNAMENTAIS (Comprasnet) implica a sua responsabilidade legal pelos atos





praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, incluindo a responsabilidade pelas propostas apresentadas e lances ofertados.

7.1.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de possíveis convocações, bem como de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **7.2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO**

7.2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

7.2.2. Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 7.1 do presente Edital.

7.2.3. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

7.2.3.1. Tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

7.2.3.2. Constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 7.2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

7.2.3.3. Tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 7.2.3.2;

7.2.3.4. Se encontrem sob falência, recuperação judicial e recuperação extra-judicial, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

7.2.3.4.1. Empresas em recuperação judicial poderão participar desde que demonstrem possuir capacidade econômica e comprovem que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

7.2.3.5. Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata/contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.2.3.6. O servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal da Lapa-PR, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

7.2.3.6.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

7.2.3.7. As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2.4. A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

7.2.5. Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

7.2.6. O (a) pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

## **7.3 PROPOSTA INICIAL**

7.3.1. Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:



7.3.1.1. O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

7.3.1.2. A sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, se for o caso.

7.3.2. A proposta de preço inicial, elaborada conforme modelo do anexo III, deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

7.3.2.1. A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da (s) proposta (s).

7.3.3. A verificação da conformidade da proposta quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, será feita exclusivamente na fase de julgamento e apenas em relação à proposta mais bem classificada.

7.3.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.5. A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3.6. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexecutável, bem como, aquelas em que não haja a indicação da marca/fabricante do produto ofertado (quando exigido), do número de registro na Anvisa/ Comprovante de isenção (quando exigido).

7.3.6.1. Não será aceita proposta para os itens quando não comprovado o atendimento às especificações técnicas mínimas exigidas no edital.

## **7.4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**7.4.1.1. O valor do preço unitário de cada item, contará com quatro casas decimais, salvo orientação em contrário do pregoeiro;**

7.4.1.2. Marca, se for o caso;

7.4.1.3. Fabricante, se for o caso;

7.4.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações indispensáveis à especificação do objeto constante Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

7.4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

7.4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

7.4.4.1. A desistência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.

7.4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.



## **7.5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.5.2. O (a) Pregoeiro (a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

7.5.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.

7.5.3. Todos os licitantes participarão da fase de lances, observados os critérios estabelecidos pelo modo de disputa definido neste Edital.

7.5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

7.5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de julgamento fixado neste Edital.

7.5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

### **7.5.8. O modo de disputa será ABERTO E FECHADO.**

7.5.8.1. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.

7.5.8.2. Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.5.8.3. Após a etapa de que trata o item 7.5.8.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertassubsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.5.8.4. No procedimento de que trata o item 7.5.8.3, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.5.8.5. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 7.5.8.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no item 7.5.8.3

7.5.8.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 7.5.8.2 e 7.5.8.3, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço, ou em ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.5.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.





7.5.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

7.5.11. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.5.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.5.13. O Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM, conforme definido neste Edital e seus anexos.**

7.5.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.5.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

7.5.16. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.5.17. A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.5.18. Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.5.19. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.5.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.22. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) pregoeiro (a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.5.23.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5.23.2. O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02(DUAS) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação



realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.5.23.3. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 7.5.23.2.

7.5.24. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7.6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

7.6.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6.2. Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao (s) preço (s) estimado (s) fixado (s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível, bem como aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.6.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.6.2.2. No caso de bens e serviços em geral, poderá ser considerado indício de inexequibilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, cabendo ao licitante comprovar a exequibilidade quando solicitado pelo pregoeiro.

7.6.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.6.5. O (a) Pregoeiro (a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6.5.1. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.6.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

7.6.5.3. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.6.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.7. Havendo necessidade, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.



7.6.8.O (a) Pregoeiro (a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.6.8.1. Também nas hipóteses em que o (a) Pregoeiro (a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.6.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.6.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o (a) Pregoeiro (a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.6.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o (a) Pregoeiro (a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **7.7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

7.7.1. Todos os participantes deverão encaminhar a proposta (readequada), e os documentos habilitação, acrescidos de outros complementares, se necessário, em campo próprio em até 02(duas) horas após a solicitação do pregoeiro.

7.7.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores utilizado pelo Município da Lapa-PR – SICAF – Governo Federal, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.7.4. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

7.7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de possíveis convocações ou de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas registradas no sistema, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do (a) pregoeiro (a) e para acesso público após o encerramento da etapa competitiva.

## **7.8. DESCRITIVO DA PROPOSTA**

7.8.1. A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuradas entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, se disponível, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a



identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo e dados bancários do licitante, descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido neste edital.

7.8.1.1. A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos fixados pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o (s) lote (s) reunir (em) itens diversos e independente do critério de disputa.

7.8.1.2. Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o (a) pregoeiro (a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

7.8.1.3. Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais, após a vírgula, salvo orientação em contrário. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

7.8.2. Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

## **8. OS RECURSOS**

8.1. Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas no prazo de, no mínimo 10(dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, quando houver inversão de fases, manifestar sua intenção de recorrer de forma imediata, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de habilitação/inabilitação.

8.1.1. As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio no sistema.

8.1.2. Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio no sistema.

8.2. A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

8.3. As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores não serão conhecidas pelo (a) pregoeiro (a).

8.4. Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema eletrônico.

8.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **9. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

9.1. Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo (a) pregoeiro (a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.





9.2. Excepcionalmente será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, desde que devidamente justificado pela autoridade competente.

## **10. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

10.1. O PROPONENTE VENCEDOR terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar o Contrato/Ata de Registro de Preços, quando deverá comparecer na Secretaria de Administração / Departamento de Compras Licitações e Contratos/ Divisão de Contratos, situado na Rua Barão do Rio Branco, 1709 (Fundos), Centro, Lapa - PR. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PROPONENTE VENCEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Município da Lapa.

10.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

10.1.1.1. Na situação acima a Administração deverá certificar-se de que o Contrato/Ata de Registro de Preços devolvido (a), assinado (a) pela Contratada, não sofreu qualquer alteração.

10.2. Para a assinatura do contrato ou a ata de registro de preços, o adjudicatário deverá estar credenciado no SICAF – Governo Federal, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

10.3. Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao SICAF – Governo Federal, e emitirá certidão que comprove a regularidade da empresa, a qual será juntada ao respectivo processo.

10.4. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) através de transferência bancária/depósito, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

10.5. Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 10.2 e 10.3 ou se recusar a assinar a Ata/contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. Ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da Ata/contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

10.5.1. A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

10.5.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 10.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da Ata/contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

10.6. A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.





10.6.1. O imposto de renda de pessoas jurídicas ocorrerá na fonte tanto para bens, quanto prestação de serviços, conforme Instrução Normativa nº 1.234 de 2012 da Receita Federal do Brasil.

10.6.2. Aos serviços sujeitos ao pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza, ISSQN, constantes na relação em anexo a Lei Complementar nº 11 de 02 de outubro de 2017, aplica-se no que couber o previsto no Decreto Municipal nº 27347/2023.

10.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.
------------	---------------------------	---

10.8. Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no SICAF, para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

**10.9. As condições relativas ao pagamento do objeto são aquelas disciplinadas no item 7 do termo de referência, anexo I do edital.**

## **11 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 desta Lei, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

11.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou da Ata/Contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações punidas com a sanção de advertência, prevista no art. 156, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações punidas com a sanção de impedimento para licitar e contratar, prevista no art. 156, inciso III da Lei nº 14.133/2021;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações punidas com a sanção de declaração de inidoneidade, prevista no art. 156, inciso IV da Lei nº 14.133/2021;

d) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 dias de atraso.

I - O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

e) compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



11.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto no art. 156, § 1º, incisos I a V da Lei nº 14.133/2021.

11.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

11.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

11.5. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto nos arts. 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Município da Lapa-PR.

11.7. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

## **12 – DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA/ CONTRATO**

12.1-Compete ao Gestor da ATA/Contrato a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação, em especial as seguintes:

I- Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;

II- Acompanhar a celebração dos contratos e termos aditivos;

III- Manter controle individualizado de cada Contrato;

IV- Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização de Contrato, fiscalização administrativa, fiscalização setorial e fiscalização de obras e/ou projetos, além dos atos preparatórios à instrução processual e à formalização dos procedimentos de prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, dentre outros;

V- Verificar junto aos Fiscais de Contrato se os prazos de entrega, especificações, preços, valores e quantidades de bens e serviços encontram-se de acordo com o estabelecido no

instrumento contratual e assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;

VI- Verificar junto aos Fiscais de Obras e/ou Projetos se os prazos do cronograma de obras, as medições de entrega, especificações, preços, valores, materiais aplicados encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual e assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;

VII- Efetuar o levantamento da necessidade da unidade executora, verificar a existência de previsão orçamentária, emitir a requisição ao Comitê de Despesas do Município, após a autorização do ordenador de despesas;

VIII- Conferir a existência de designação de Fiscal do Contrato, de Fiscal de Obras e/ou Projetos e da Comissão Fiscal Administrativa Setorial, esta última quando for o caso, para



cada contrato celebrado pela Administração Municipal, sob sua responsabilidade, e da indicação formal de preposto pelo contratado;

IX- Deflagrar os procedimentos de fiscalização ao adimplemento do objeto contratado, a serem executados pelos fiscais designados do contrato, administrativo e quando for o caso pelo fiscal de obras e/ou projetos ou da Comissão Fiscal Administrativa Setorial;

X- Prover os fiscais designados: Fiscal do Contrato, Comissão Fiscal Administrativa Setorial e, quando for o caso, o Fiscal de Obras e/ou Projetos, das informações necessárias ao exercício das atividades de fiscalização e supervisionar as atividades relacionadas ao adimplemento do objeto contratado;

XI- Controlar os prazos de vencimentos dos contratos dos serviços de caráter continuado e manter o Fiscal do Contrato informado;

XII- Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários a esta constatação;

XIII- Controlar o saldo quantitativo e financeiro, e também o prazo de vigência contratual, sendo que com 90 (noventa) dias de antecedência, deverá solicitar à unidade executora do objeto as medidas necessárias para renovação do Contrato, bem como a sua instrução, ou a realização de nova licitação e para que sejam tomadas providências para evitar a descontinuidade do Contrato;

XIV- Encaminhar o requerimento da contratada de prorrogação do prazo de execução do objeto ou da vigência do Contrato à autoridade competente;

XV- Comunicar à autoridade competente e aos setores de interesse os eventuais atrasos dos prazos de entrega e de execução do objeto;

XVI- Realizar, quando couber, as glosas de acordo com os percentuais determinados, nos casos em que for constatada falha na execução, não havendo acordo ou a readequação contratual não for necessária;

XVII- Promover o controle das garantias contratuais, inclusive no que se refere à juntada de comprovante de recolhimento e adequação da sua vigência e do seu valor;

XVIII- Documentar nos processos todos os fatos dignos de interesse administrativo;

XIX- Analisar e instruir o processo com informações, dados e requerimento/manifestação da contratada, pertinentes à alteração de valores do Contrato, em razão de reajuste de preços, repactuação, revisão ou alteração do objeto, para acréscimo ou supressão, controlando os respectivos limites de créditos orçamentários disponíveis, e encaminhar o processo à autoridade superior para decisão;

XX- Receber as notas fiscais atestadas pelo Fiscal do Contrato, Fiscal de Obras e/ou Projetos e pela Comissão Fiscal Administrativa Setorial, esta última quando for o caso, e encaminhá-las para o setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos, devendo ser efetuado um controle atualizado dos pagamentos em ordem cronológica;

XXI- Elaborar ou solicitar ao Fiscal do Contrato ou ao Fiscal de Obras e/ou Projetos justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do Contrato pela Administração Municipal;

XXII- Realizar o acompanhamento e a guarda do Registro de Ocorrências elaborado pelo(s) fiscal(is) do Contrato, fiscal(is) administrativo(s), fiscal(is) setorial ou fiscal (is) de obras e/ou projeto;

XXIII- Registrar as informações necessárias nos sistemas informatizados utilizados pela Administração Municipal e mantê-los atualizados;

XXIV- Propor, formalmente, à autoridade competente, a liberação da garantia contratual em favor da contratada nos prazos regulamentares;

XXV- Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação efetuada pela fiscalização;



- XXVI- Comunicar à autoridade competente as irregularidades cometidas pela contratada, sugerindo, quando for o caso, a imposição de sanções contratuais e/ou administrativas, conforme previsão contida no Edital e/ou instrumento contratual ou na legislação vigente;
- XXVII- Adotar as medidas preparatórias para a aplicação de sanções e de rescisão contratual, conforme previsão contida no Edital e/ou instrumento contratual ou na legislação vigente;
- XXVIII- Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços e solicitar formalmente à empresa contratada a substituição do objeto que não atenda à descrição contida no instrumento convocatório e/ou na proposta financeira;
- XXIX- Exigir o previsto no Contrato, sendo que qualquer alteração de condição contratual deve ser submetida ao seu superior, acompanhada das justificativas;
- XXX- Apresentar à autoridade competente, quando solicitado, relatório circunstanciado da gestão do Contrato;
- XXXI- Proceder à obrigatória verificação na liquidação de despesa, para fins da apuração da importância correta a ser paga, a quem deve ser paga (CNPJ), a que objeto se refere o pagamento, se o serviço foi completamente realizado e se as obrigações fiscais e sociais trabalhistas foram cumpridas, bem como os recolhimentos do FGTS e INSS, nas contratações de serviços que envolvam mão de obra terceirizadas;
- XXXII- Realizar o recebimento definitivo do objeto dos contratos, em consonância com o previsto neste Regulamento;
- XXXIII- Propor medidas que melhorem a execução do Contrato;
- XXXIV- Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, contábeis ou jurídicas;
- XXXV- Receber da Comissão Fiscal Administrativa Setorial os apontamentos sobre problemas com os empregados das empresas contratadas e solicitar ao preposto providências, e em último caso solicitar formalmente à empresa contratada a substituição dos empregados prestadores de serviço;
- XXXVI- Encaminhar à Divisão de Contratos o processo de execução e o respectivo relatório sobre sua conclusão ao término da execução do Contrato;
- XXXVII- Outras atividades compatíveis com a função.
- XXXVII- No caso específico de obras e prestação de serviços de engenharia cumpre ainda ao Gestor de Contrato:

I - Receber a Nota Fiscal e, conforme exigências previstas em Edital, conferir, no prazo de 3 (três) dias úteis, se está acompanhada dos itens a seguir, quando couber, emitindo o respectivo check list, para posterior encaminhamento à área financeira/administrativa da unidade executora do objeto:

- a) comprovante de pagamento de salário;
- b) comprovante de recolhimento e regularidade perante o INSS;
- c) comprovante de recolhimento e regularidade do FGTS e relatório da SEFIP;
- d) guia rescisória do FGTS, se houver demissões no período;
- e) relação de demissões com TRCT - Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, ou relatório do CAGED, se houver demissões no período;
- f) apresentação dos cartões de ponto ou comprovação do controle de jornada, quando solicitado;
- g) comprovante de regularidade do prestador nos órgãos competentes.





II- Remeter, após a conferência, os documentos citados no inciso anterior, ao setor financeiro/administrativo da unidade executora do objeto que verificará a regularidade fiscal e demais atos;

III- Sem prejuízo das atribuições do(s) fiscal(is) do Contrato e do fiscal (is) de obras e/ou projeto e ou da Comissão Fiscal Administrativa Setorial, notificar à contratada, estabelecendo prazo para o fiel cumprimento das obrigações contratuais ou para que dê início à correção dos defeitos ou desconformidades com o objeto da contratação, constatados durante a sua execução ou após o recebimento provisório, bem como informar à autoridade competente as ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto;

IV- Conduzir os procedimentos de finalização do processo à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada;

V- Comunicar a área competente, com antecedência mínima de 90(noventa) dias, da necessidade de abertura de nova licitação, antes de finda a obra e/ou a prestação de serviços de engenharia.

### 13 – DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA/ CONTRATO

#### 13.1. - Constituem atribuições e responsabilidades do Fiscal da ATA/Contrato:

I- Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, o Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;

II- Dar ciência na Portaria que o designou como Fiscal do Contrato;

III- Conhecer as leis e normas referenciadas no Contrato;

IV- Averiguar o cumprimento de todas as cláusulas do Contrato;

V- Acompanhar o cronograma da execução do Contrato;

VI- Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais definidos na Lei de Licitações;

VII- Elaborar registro próprio e individualizado para cada Contrato, no qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual, e as informações das ações necessárias à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados, contendo os seguintes documentos:

a)cópia do Contrato;

b)cópia do Edital e proposta;

c)comunicações com o Ordenador de Despesa;

d)comunicações com o gestor do contrato;

e)comunicações com o preposto;

f)comunicações diversas relativas ao Contrato;

g)diligências;

h)registro de ocorrências.

VIII- Manifestar-se quanto ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato e outras situações que exijam conhecimento técnico do objeto, quando solicitado;

IX- Verificar se a contratada está cumprindo todas as obrigações previstas no Edital de licitação e no instrumento de Contrato e seus anexos;

X- Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;





- XI- Expedir, por meio de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- XII- Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- XIII- Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
- XIV- Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
- XV- Proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
- XVI- Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- XVII- Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- XVIII- Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- IXX- Receber designação e manter contato com o preposto da contratada e, se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- XX- Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais, inclusive reequilíbrio;
- XXI- Verificar a correta aplicação dos materiais;
- XXII- Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido da promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- XXIII- Realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento provisório do objeto contratado, quando for o caso;
- XXIV- Informar ao Gestor de Contrato, as ocorrências que possam prejudicar o fornecimento ou a prestação do serviço, por meio de Comunicação de Ocorrência, e apresentá-la em conjunto com o Gestor de Contrato à autoridade superior juntando a esta os documentos que comprovem os fatos alegados;
- XXV- Elaborar Relatório de Análise Técnica, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca da execução do Contrato, em consonância com suas atribuições, para fins de recebimento definitivo do objeto;
- XXVI- Recusar formalmente o serviço ou fornecimento irregular ou em desconformidade com as condições previstas no Edital de licitação, na proposta da contratada e no instrumento de Contrato e seus anexos;
- XXVII- Comunicar formalmente ao Gestor de Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente ou outro qualquer, que possa comprometer a execução contratual e seu efetivo resultado;
- XXVIII- Dar ciência ao Gestor de Contrato, com antecedência razoável, conforme prazo previsto em Contrato, da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as justificativas apresentadas pela contratada;
- XXIX- Informar ao Gestor de Contrato a ocorrência de inexecução total ou parcial do Contrato ou, ainda, o descumprimento de condições estabelecidas no Edital de licitação ou documento equivalente, que enseje a abertura de processo administrativo para apuração dos fatos.
- XXX- Comunicar ao Gestor de Contrato, formalmente e com antecedência, o seu afastamento das atividades de fiscalização para que, caso julgado necessário, seja convocado seu suplente;



- XXXI- Apresentar ao Gestor de Contrato, ao término do Contrato ou quando solicitado, relatório, pronunciando-se pela regular execução do objeto contratado;
- XXXII- Subsidiar de informações a elaboração de atestados, certidões e declarações de capacidade técnica de fornecedores e prestadores de serviços, quando houver solicitação pelo fornecedor;
- XXXIII- Solicitar à autoridade superior a contratação de terceiro para auxiliá-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes ao objeto da fiscalização, quando couber;
- XXXIV- Acompanhar, em conjunto com o Gestor de Contrato, o saldo quantitativo e financeiro e também o prazo de vigência contratual;
- XXXV- Comunicar ao Gestor de Contrato, a qualquer tempo, as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do objeto, as indicações de glosas, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade e demais informações necessárias ao fiel acompanhamento da execução contratual, e com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência, a necessidade de prorrogações e alterações do Contrato ou a abertura de nova licitação;
- XXXVI- Encaminhar ao Gestor de Contrato as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- XXXVII- Providenciar ao término da execução contratual o arquivamento dos registros dos contratos e encaminhar ao Gestor de Contrato o processo de execução e o respectivo relatório sobre sua conclusão;
- XXXVIII- No caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos I ao XXXVII:
- a). Manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;
  - b). Vistar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;
  - c). Verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;
- XXXVIII - Outras atividades compatíveis com a função.

## **14 DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 14.1. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
- 14.2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
- 14.3. É facultado ao (a) pregoeiro (a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 14.4. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo (a) pregoeiro (a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
- 14.5. Anãoapresentaçãodequalquerdokumentooouapresentaçãocomprazodevalidadeexpiradoimplicarádesclassificação ou inabilitaçãodolicitante.
- 14.6. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 120 (cento e vinte) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.
- 14.7. Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O



(a) pregoeiro (a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

14.8.O(a)pregoeiro(a)poderá,no interesse público,releva faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta,podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

14.9. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.10. OforoéodaComarcado Município da Lapa-PR,noqualserãoidirimidastodasasquestõesnãoresolvidasnaesferaadministrativa.

## **15DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1** – As Ordens de Serviço serão enviadas conforme a necessidade, durante o período de validade da Ata, não se obrigando o Município à aquisição total.

**15.2** - Conforme disposto no Artigo 200º, do Decreto Municipal nº 26815, de 31.03.2023, haverá realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade da contratação, caso o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, por motivo superveniente, a administração municipal convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**15.3** – Eventuais adesões à Ata de Registro de Preços deverá seguir o disposto no Artigo 209 do Decreto Municipal nº 26815, de 31.03.2023.

**15.3.1.** Fica vedada à participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

**15.4** –O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos (Art. 194 § 1º do Decreto Municipal nº 26815 de 31 de março de 2023).

**15.4.1.** Os contratos que vierem a ser celebrados com fundamento na Ata de Registro terão vigência de 12(doze) meses, podendo ultrapassar o prazo de vigência da Ata, desde que:

- a) a contratação ocorra durante a vigência da Ata;
- b) a vigência contratual observe os prazos e condições estabelecidos nos artigos 105 a 112 da Lei nº 14.133/2021.

**15.4.2.** Na hipótese da prorrogação da vigência inicial da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original, nos termos do Decreto Municipal 26.815 de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal 28.994 de 15 de agosto de 2025.

**15.5** – A Prefeitura Municipal da Lapa, responsável pelo Pregão, reserva-se o direito de:

- a) Rejeitar no todo ou em parte o objeto da presente Ata, caso verifique que os mesmos não estejam em conformidade com o estabelecido, sem que caiba qualquer indenização ou ressarcimento à detentora da Ata;
- b) Revogá-lo, no todo ou em parte, sempre que forem verificadas razões de interesse público decorrente de fato superveniente ou de acordo com a oportunidade e conve-



niência da Administração, devidamente justificados, ou anular o procedimento, quando constatada ilegalidade no seu processamento;

c) Alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de propostas, na forma da legislação, salvo quando a alteração não afetar a formulação das ofertas;

d) Adiar o recebimento das propostas, divulgando, mediante aviso público, a nova data.

**15.6.** Em atenção ao previsto no artigo 156 do Decreto Municipal nº 26815, de 31.03.2023, não é permitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo estabelecido no anexo 1 deste edital, tendo em vista a necessidade de padronização do objeto.

**15.7.** Em atenção ao previsto no artigo 193, § 1º, do Decreto Municipal nº 26815, de 31.03.2023, não é permitida a possibilidade de previsão de preços diferentes.

**15.8.** Os preços ofertados são fixos e irredutíveis, até que atendidas as condições previstas nos artigos 197 e 198 do Decreto Municipal nº 26815, de 31.03.2023, observadas ainda as condições do tópico específico DO REAJUSTE, constante no termo de referência, anexo I do edital e o previsto no §3º, IV, do Artigo 82 da Lei 14.133/2021.

**15.9** – Após a homologação do processo, será oportunizado através de campo próprio no sistema àqueles licitantes que desejarem constitui o cadastro de reserva, de que trata o artigo 194, § 4º, do Decreto Municipal nº 26815, de 31.03.2023.

**15.10-** As hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços são aquelas constantes nas seções V, VI e VII do Decreto Municipal nº 26815, de 31.03.2023.

**15.11** – Casos omissos serão tratados pela Lei 14.133/2021 e suas alterações.

Lapa, 11 de março de 2026.

Giovanne Colaço Horning  
Secretário Municipal de Saúde



**ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Aquisição de Medicamentos Hospitalares, da Atenção Básica e Saúde Mental, para suprir a necessidade de atendimento das Unidades Hospitalares, Pré-hospitalares, Farmácia Municipal e demais Unidades de Saúde da Prefeitura Municipal da Lapa, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**ITENS**

ITEM	CÓDIGO IPM	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MÉDIA	PREÇO TOTAL	PADRONIZAÇÃO
1	44420	271687	ÁCIDO ASCÓRBICO, DOSAGEM:100 MG/ML, TIPO USO:INJETÁVEL- AMPOLA 5 ML	AMPOLA	1300	R\$ 0,786	R\$ 1.021,800	2
2	45267	327566	ACIDO TRANEXAMICO 50 MG/ML - AMPOLA 5 MI	AMPOLA	800	R\$ 3,976	R\$ 3.180,800	2
3	45266	278281	ADENOSINA 3 MG/ML - AMPOLA 2 MI	AMPOLA	300	R\$ 10,472	R\$ 3.141,600	2
4	44472	352317	ÁGUA DESTILADA, ASPECTO FÍSICO:ESTÉRIL E APIROGÊNICA, TIPO EMBALAGEM:EM SISTEMA FECHADO - 250 ML	FRASCO/BOLSA	120	R\$ 4,225	R\$ 507,000	2
5	44421	352317	ÁGUA DESTILADA, ASPECTO FÍSICO:ESTÉRIL E APIROGÊNICA, TIPO EMBALAGEM:EM SISTEMA FECHADO - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	11500	R\$ 0,204	R\$ 2.346,000	2
6	45265	268376	ALBUMINA HUMANA 20% FRASCO 50 ML - FRASCO	FRASCO	4	R\$ 160,748	R\$ 642,992	2





7	45264	292402	AMINOFILINA, DOSAGEM:24 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇ ÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	200	R\$ 2,343	R\$ 468,600	2
8	20537	271710	AMIODARONA, DOSAGEM: 50MG/ML - AMPOLA DE 3 ML IV	AMPOLA	700	R\$ 2,969	R\$ 2.078,300	2
9	20538	268207	AMPICILINA, DOSAGEM: 1 G, TIPO USO: INJETÁVEL	FRASCO- AMPOLA	250	R\$ 4,345	R\$ 1.086,250	2
10	17738	442727	AMPICILINA, DOSAGEM: 500 MG, TIPO USO: INJETÁVEL	FRASCO- AMPOLA	300	R\$ 3,783	R\$ 1.134,900	2
11	45263	268214	ATROPINA SULFATO, DOSAGEM:0,25 MG/ML, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	400	R\$ 0,789	R\$ 315,600	2
12	44423	270616	BENZILPENICILINA, APRESENTAÇÃO:POTÁ SSICA, DOSAGEM:5.000.000UI, USO:INJETÁVEL	AMPOLA	100	R\$ 10,659	R\$ 1.065,900	2
13	34934	405900	BENZOCAÍNA, COMPOSIÇÃO:ASSOCIA DA COM TRICLOSANA E MENTOL, CONCENTRAÇÃO:45 MG + 5 MG + 5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA:AEROS SOL	AMPOLA	50	R\$ 31,102	R\$ 1.555,100	2
14	44424	270597	BETAMETASONA, COMPOSIÇÃO:ACETATO , APRESENTAÇÃO:ASSO CIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, DOSAGEM:3MG + 3MG/ML, USO:INJETÁVEL - AMPOLA DE 1 ML	AMPOLA	410	R\$ 6,536	R\$ 2.679,760	2



15	19089	268222	BICARBONATO DE SODIO 8,4% 10 ML - AMPOLA	AMPOLA	800	R\$ 0,774	R\$ 619,200	2
16	44425	270138/ 396604	BIPERIDENO, APRESENTAÇÃO: LACTATO, DOSAGEM: 5 MG/ML, INDICAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML IV/IM	AMPOLA	200	R\$ 2,311	R\$ 462,200	2
17	39727	269956	BROMOPRIDA 4 MG/ML GOTAS - FRA 20 ML	FRASCO	2700	R\$ 1,998	R\$ 5.394,600	1
18	44426	269958	BROMOPRIDA, DOSAGEM: 5 MG/ML, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	25000	R\$ 1,262	R\$ 31.550,000	2
19	44427	270095	BUPIVACAÍNA CLORIDRATO, APRESENTAÇÃO: ASSO CIADA À GLICOSE, DOSAGEM: 0,5% + 8%, TIPO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 4 ML - COM ESTOJO ESTERELIZADO (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMPOLA	1000	R\$ 7,052	R\$ 7.052,000	2
20	19510	268084	CABERGOLINA, DOSAGEM: 0,5 MG	AMPOLA	60	R\$ 6,340	R\$ 380,400	2*-
21	39737	348073	CARVAO ATIVADO PO - 1 KG - PACOTE	PACOTE	10	R\$ 40,823	R\$ 408,230	2
22	34678	442693	CEFAZOLINA SODICA 1 G - FRASCO	FRASCO-AMPOLA	2700	R\$ 4,083	R\$ 11.024,100	2
23		450891	CEFTRIAXONA 1 G IM - FRASCO - AMPOLA	FRASCO-AMPOLA	1000	R\$ 7,294	R\$ 7.294,000	2
24	19511	442701/ 450890	CEFTRIAXONA SODICA 1 G EV - FRASCO - AMPOLA	FRASCO AMPOLA	4700	R\$ 3,951	R\$ 18.569,700	2
25	36270	448844	CETOPROFENO 100 MG EV - FRASCO	FRASCO-AMPOLA	9700	R\$ 2,942	R\$ 28.537,400	2
26	19513	448845	CETOPROFENO, CONCENTRAÇÃO: 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇ	AMPOLA	9300	R\$ 1,298	R\$ 12.071,400	2



			ÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML					
27	42104	292418	CIPROFLOXACINO 2 MG/ML - BOLSA 100 MI	FRASCO/BOL SA	250	R\$ 7,039	R\$ 1.759,750	2
28	18818	270118	CLONAZEPAM, DOSAGEM: 0,5 MG	COMPRIMIDO	115000	R\$ 0,067	R\$ 7.705,000	1
29	39728	270119	CLONAZEPAM, DOSAGEM:2 MG	COMPRIMIDO	232000	R\$ 0,045	R\$ 10.440,000	1
30	44429	272043	CLONIDINA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO:0,1 MG	COMPRIMIDO	1000	R\$ 0,267	R\$ 267,000	2
31	34700	272045	CLOPIDOGREL, DOSAGEM 75 MG	COMPRIMIDO	2000	R\$ 0,278	R\$ 556,000	2*
32	19091	267162	CLORETO DE POTÁSSIO, DOSAGEM:19,1%, APRESENTAÇÃO:SOLU ÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	1000	R\$ 0,399	R\$ 399,000	2
33	44430	268236	CLORETO DE SÓDIO 0,9%_ SOLUÇÃO INJETÁVEL, APLICAÇÃO:SISTEMA FECHADO - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	32000	R\$ 0,217	R\$ 6.944,000	2
34	30898	267574	CLORETO DE SÓDIO 20% 10 ML - AMPOLA	AMPOLA	400	R\$ 0,394	R\$ 157,600	2
35	44431	268236	CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATIVO:0,9%_ SOLUÇÃO INJETÁVEL, APLICAÇÃO:SISTEMA FECHADO - FRASCO/BOLSA 100 ML	FRASCO/BOL SA	13000	R\$ 3,053	R\$ 39.689,000	2
36	44432	268236	CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATIVO:0,9%_ SOLUÇÃO INJETÁVEL, APLICAÇÃO:SISTEMA FECHADO - FRASCO/BOLSA 250 ML	FRASCO/BOL SA	12100	R\$ 3,709	R\$ 44.878,900	2



37	44433	268236	CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATIVO:0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL, APLICAÇÃO:SISTEMA FECHADO - FRASCO/BOLSA 500 ML	FRASCO/BOL SA	6100	R\$ 4,541	R\$ 27.700,100	2
38		269571	CLORIDRATO DE PROXIMETACÁINA 0,5%, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇ ÃO OFTÁLMICA - FRASCO 5 ML	FRASCO	40	R\$ 9,685	R\$ 387,400	2
39	44434	268069	CLORPROMAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 5 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLU ÇÃO INJETÁVEL - ÂMPOLA 5 ML	AMPOLA	400	R\$ 2,250	R\$ 900,000	2
40	20552	276283	DESLANÓSIDO, DOSAGEM:0,2 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLU ÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	300	R\$ 2,132	R\$ 639,600	2
41	41441	425182/60 2763	ESCETAMINA DOSAGEM:50 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇ ÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML - ESCETAMINA/CETAMIN A	AMPOLA	300	R\$ 16,359	R\$ 4.907,700	2
42	39729	267197	DIAZEPAM, DOSAGEM: 10 MG	COMPRIMIDO	60000	R\$ 0,048	R\$ 2.880,000	1
43	19523	267194	DIAZEPAM, DOSAGEM:5 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLU ÇÃO INJETÁVEL - ÂMPOLA 2 ML	AMPOLA	600	R\$ 0,837	R\$ 502,200	2
44	19524	270999/ 271003	DICLOFENACO, APRESENTAÇÃO:SAL SÓDICO, DOSAGEM:25MG/ML, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 3 ML	AMPOLA	12000	R\$ 0,749	R\$ 8.988,000	2



45	19295	271000	DICLOFENACO, APRESENTAÇÃO:SAL SÓDICO, DOSAGEM:50 MG	COMPRIMIDO	3200	R\$ 0,054	R\$ 172,800	2
46	19525	272336	DIMENIDRINATO, APRESENTAÇÃO:ASSO CIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, DOSAGEM:3MG + 5MG + 100MG + 100MG/ML, TIPO MEDICAMENTO:SOLUÇ ÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	1250	R\$ 8,343	R\$ 10.428,750	2
47	19526	272334	DIMENIDRINATO, APRESENTAÇÃO:ASSO CIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, DOSAGEM:50MG + 50MG/ML, TIPO MEDICAMENTO:SOLUÇ ÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	1250	R\$ 3,735	R\$ 4.668,750	2
48	44404	267203	DIPIRONA SÓDICA, DOSAGEM:500 MG	COMPRIMIDO	284500	R\$ 0,116	R\$ 33.002,000	1
49	44435	268446	DOBUTAMINA CLORIDRATO, DOSAGEM:12,5 MG/ML, INDICAÇÃO:INJETÁVEL - AMPOLA 20 ML	AMPOLA	150	R\$ 5,069	R\$ 760,350	2
50	42286	268960	DOPAMINA 5 MG/ML - AMPOLA	AMPOLA	300	R\$ 2,959	R\$ 887,700	2
51	18768	287687	EFEDRINA, APRESENTAÇÃO:SULFA TO, DOSAGEM:50 MG/ML, APLICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	200	R\$ 5,533	R\$ 1.106,600	2
52	19369	268255	EPINEFRINA (ADRENALINA), DOSAGEM:1MG/ML, USO:SOLUÇÃO	AMPOLA	3000	R\$ 0,959	R\$ 2.877,000	2





			INJETÁVEL -AMPOLA 1 ML					
53	44436	270621	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, APRESENTAÇÃO: ASSO CIADA COM DIPIRONA SÓDICA, DOSAGEM: 4MG + 500MG/ML, INDICAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	7800	R\$ 1,283	R\$ 10.007,400	2
54	44406	267283	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, DOSAGEM: 10 MG	COMPRIMIDO	61000	R\$ 0,522	R\$ 31.842,000	1
55	44437	267282	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, DOSAGEM: 20 MG/ML, INDICAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	2700	R\$ 0,992	R\$ 2.678,400	2
56	44438	272198	ETILEFRINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 10MG/ML, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	350	R\$ 1,636	R\$ 572,600	2
57	45270	270116	ETOMIDATO, DOSAGEM: 2 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	75	R\$ 10,617	R\$ 796,275	2
58	19528	267107	FENITOÍNA SÓDICA, DOSAGEM: 50 MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	500	R\$ 2,135	R\$ 1.067,500	2
59		300722/ 300725	FENOBARBITAL SÓDICO, DOSAGEM: 100 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	100	R\$ 2,468	R\$ 246,800	2



60	45260	396471	FENOTEROL BROMIDRATO, CONCENTRAÇÃO:5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO ORAL - FRASCO 20 ML	FRASCO	200	R\$ 5,370	R\$ 1.074,000	1
61	44439	271950	FENTANILA, APRESENTAÇÃO:SAL CITRATO, DOSAGEM:0,05 MG/ML, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO/AMPOLA 10 ML	FRASCO- AMPOLA OU AMPOLA	1600	R\$ 3,335	R\$ 5.336,000	2
62	44440	271950	FENTANILA, APRESENTAÇÃO:SAL CITRATO, DOSAGEM:0,05 MG/ML, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL (ESTOJO ESTERILIZADO) - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	1000	R\$ 2,085	R\$ 2.085,000	2
63	36283	292399	FITOMENADIONA, DOSAGEM:10 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLU ÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	1400	R\$ 1,820	R\$ 2.548,000	2
64	20556	268510	FLUMAZENIL, DOSAGEM:0,1 MG/ML, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	70	R\$ 5,084	R\$ 355,880	2
65	34930	449187	FOSFOMICINA TROMETAMOL 5,631 G ENVELOPE DE GRANULADO	ENVELOPE	90	R\$ 21,552	R\$ 1.939,680	2
66	43988	267666	FUROSEMIDA, COMPOSIÇÃO:10 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLU ÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	1600	R\$ 0,632	R\$ 1.011,200	2
67	42284	269761	GENTAMICINA, DOSAGEM:20 MG/ML, APLICAÇÃO:SOLUÇÃO	AMPOLA	100	R\$ 1,512	R\$ 151,200	2



			INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML					
68	42475	268256	GENTAMICINA, DOSAGEM:40 MG/ML, APLICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	400	R\$ 0,969	R\$ 387,600	2
69		269622	GLICEROL, DOSAGEM:12%, APRESENTAÇÃO:CLISTER - FRASCO COM 500 ML	AMPOLA	300	R\$ 8,571	R\$ 2.571,300	2
70	39730	442754	GLICLAZIDA, DOSAGEM: 30 MG	COMPRIMIDO	415000	R\$ 0,110	R\$ 45.650,000	1
71	44345	270019	GLICONATO DE CÁLCIO, DOSAGEM:10%, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	400	R\$ 1,803	R\$ 721,200	2
72	44442	270092	GLICOSE, CONCENTRAÇÃO:5%, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SISTEMA FECHADO - FRASCO/BOLSA 250 ML	FRASCO/BOLSA	800	R\$ 4,189	R\$ 3.351,200	2
73	44443	270092	GLICOSE, CONCENTRAÇÃO:5%, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SISTEMA FECHADO - FRASCO/BOLSA 500 ML	FRASCO/BOLSA	4000	R\$ 4,896	R\$ 19.584,000	2
74	41854	267541	GLICOSE, CONCENTRAÇÃO:50%, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	4300	R\$ 0,493	R\$ 2.119,900	2
75	35908	292196	HALOPERIDOL, DOSAGEM:5 MG/ML, TIPO USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1	AMPOLA	550	R\$ 1,760	R\$ 968,000	2



			ML					
76	34931	448983	HEPARINA SODICA 5000 UI/0,25 ML SC - AMPOLA	AMPOLA	700	R\$ 5,994	R\$ 4.195,800	2
77	41855	272796	HEPARINA SÓDICA, DOSAGEM:5.000UI/ML, INDICAÇÃO:INJETÁVEL EV/SC - FRASCO 5 ML	FRASCO-AMPOLA	700	R\$ 14,551	R\$ 10.185,700	2
78	44445	268115	HIDRALAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM:20 MG/ML, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL- AMPOLA 1 ML	AMPOLA	450	R\$ 5,890	R\$ 2.650,500	2
79	44446	270219	HIDROCORTISONA SUCCINATO SÓDICO 500MG, APRESENTAÇÃO:INJETÁVEL - FRASCO-AMPOLA	FRASCO-AMPOLA	1700	R\$ 4,753	R\$ 8.080,100	2
80	44447	270220 / 342135	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 100MG, APRESENTAÇÃO:INJETÁVEL - FRASCO-AMPOLA	FRASCO-AMPOLA	2500	R\$ 3,201	R\$ 8.002,500	2
81	44448	448616	HIDRÓXIDO DE FERRO III, CONCENTRAÇÃO:20 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	900	R\$ 10,644	R\$ 9.579,600	2*-
82	45259	433293	HIDROXIETILAMIDO (HETAMIDO), CONCENTRAÇÃO:SOLUÇÃO À 6%, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:EM SISTEMA FECHADO FRASCO/BOLSA 500 MLL	FRASCO/BOLSA	60	R\$ 31,372	R\$ 1.882,320	2





83	39749	268469	ISOFLURANO, DOSAGEM: 100 %, APRESENTAÇÃO: ANES TÉSICO INALATÓRIO - FRASCO 100 ML	FRASCO	5	R\$ 198,203	R\$ 991,015	2
84	44408	273395	ISOSSORBIDA DINITRATO SUBLINGUAL, DOSAGEM: 5 MG	COMPRIMIDO	180	R\$ 0,338	R\$ 60,840	2
85	42109	268130	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML GOTAS - FRASCO COM 20 ML	FRASCO	2100	R\$ 11,247	R\$ 23.618,700	1
86	44410	268129	LEVOMEPROMAZINA MALEATO, DOSAGEM: 100 MG	COMPRIMIDO	52000	R\$ 0,593	R\$ 30.836,000	1
87	44409	268128	LEVOMEPROMAZINA MALEATO, DOSAGEM: 25 MG	COMPRIMIDO	70500	R\$ 0,447	R\$ 31.513,500	1
88	45271	269843	LIDOCAÍNA 2% SEM VASOCONSTRICAO 20 ML - FRASCO	FRASCO	900	R\$ 4,017	R\$ 3.615,300	2
89	44411	269846	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM: 2% -TUBO 30 G	TUBO	750	R\$ 4,691	R\$ 3.518,250	2
90	45272	269843	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM: 2%, APRESENTAÇÃO: INJET ÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	600	R\$ 1,156	R\$ 693,600	2
91	44449	442581	METARAMINOL, CONCENTRAÇÃO: 10 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇ ÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	200	R\$ 16,648	R\$ 3.329,600	2
92	44450	268264	METILERGOMETRINA MALEATO, DOSAGEM: 0,2 MG/ML, INDICAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	400	R\$ 2,131	R\$ 852,400	2
93	44412	272320	METILFENIDATO	COMPRIMIDO	2100	R\$ 0,363	R\$ 762,300	1



			CLORIDRATO, DOSAGEM: 10MG					
94	44451	267310	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, DOSAGEM:5 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLU ÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	2500	R\$ 0,599	R\$ 1.497,500	2
95	39711	345259	METOPROLOL, CONCENTRAÇÃO:1 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇ ÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	350	R\$ 13,877	R\$ 4.856,950	2
96	39712	268498	METRONIDAZOL, DOSAGEM:5MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLU ÇÃO INJETÁVEL - FRASCO/BOLSA 100 ML	FRASCO/BOL SA	650	R\$ 3,835	R\$ 2.492,750	2
97	34705	268481	MIDAZOLAM 5 MG/ML 10 ML - AMPOLA	AMPOLA	1350	R\$ 2,514	R\$ 3.393,900	2
98	44343	304871	MORFINA 10 MG/ML - AMPOLA	AMPOLA	1800	R\$ 2,055	R\$ 3.699,000	2*-
99	44343	304872	MORFINA, APRESENTAÇÃO:SULFA TO, DOSAGEM:0,2MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇ ÃO INJETÁVEL (ESTOJO ESTERILIZADO) - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	700	R\$ 4,701	R\$ 3.290,700	2
100	44452	440055	MUCOPOLISSACARÍDE O, COMPOSIÇÃO:POLISSU LFATO, CONCENTRAÇÃO:5 MG/G, FORMA FARMACÊUTICA:GEL- TUBO 40 G	TUBO	30	R\$ 15,924	R\$ 477,720	2
101	44453	272326	NALOXONA CLORIDRATO, DOSAGEM:0,4 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLU ÇÃO INJETÁVEL -	AMPOLA	60	R\$ 5,526	R\$ 331,560	2



			AMPOLA 1 ML					
102	45276	273457	NEOSTIGMINA 0,5 MG/ML EV/IM/SC - AMPOLA	AMPOLA	250	R\$ 1,168	R\$ 292,000	2
103	33461	267728	NIFEDIPINO 10 MG - COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1000	R\$ 0,105	R\$ 105,000	2
104	47192	291951	NITRATO DE PRATA 1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL - FRASCO DE 5 ML (A VALIDADE DO MEDICAMENTO APÓS ABERTO PRECISA SER DE NO MÍNIMO 14 DIAS)	FRASCO	60	R\$ 37,698	R\$ 2.261,880	2
105	19537	268970	NITROGLICERINA, DOSAGEM:5 MG/ML, APLICAÇÃO:INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	150	R\$ 35,494	R\$ 5.324,100	2
106	44455	442584	NOREPINEFRINA, CONCENTRAÇÃO:2 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇ ÃO INJETÁVEL - AMPOLA 4 ML	AMPOLA	1800	R\$ 1,531	R\$ 2.755,800	2
107	41858	268277	OCITOCINA, DOSAGEM:5 UI/ML, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	3700	R\$ 3,218	R\$ 11.906,600	2
108	30887	268160	OMEPRAZOL 40 MG EV - FRASCO	FRASCO	3300	R\$ 7,483	R\$ 24.693,900	2
109	44456	268504	ONDANSETRONA CLORIDRATO, DOSAGEM:2 MG/ML, INDICAÇÃO:INJETÁVEL- AMPOLA 4 ML	AMPOLA	1800	R\$ 0,955	R\$ 1.719,000	2
110	44413	273940	PAROXETINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 20 MG	COMPRIMIDO	560500	R\$ 0,186	R\$ 104.253,000	1
111	42103	273952	PROGESTERONA, DOSAGEM:200 MG	CÁPSULA	168	R\$ 2,619	R\$ 439,992	2



112	44457	267769	PROMETAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM:25 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLU ÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	1100	R\$ 2,883	R\$ 3.171,300	2
113	40478	305935	PROPOFOL, DOSAGEM:10 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:EMULS ÃO INJETÁVEL - FRASCO/AMPOLA 20 MI	FRASCO/ AMPOLA	600	R\$ 8,599	R\$ 5.159,400	2
114	44459	274918	RETINOL, COMPOSIÇÃO:ASSOCIA DO C/AMINOÁCIDOS+ METIONINA+ CLORANFENICOL, CONCENTRAÇÃO:10.00 0UI + 25MG + 5MG + 5MG/G, APLICAÇÃO:POMADA OFTÁLMICA - TUBO COM 3,5 G	TUBO	80	R\$ 12,075	R\$ 966,000	2
115	44460	303292	RINGER, COMPOSIÇÃO:ASSOCIA DO COM LACTATO DE SÓDIO, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇ ÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:SISTEMA FECHADO - FRASCO/BOLSA 500 ML	FRASCO/ BOLSA	1000	R\$ 5,222	R\$ 5.222,000	2
116	19328	272839	RISPERIDONA, DOSAGEM: 1 MG	COMPRIMIDO	143000	R\$ 0,100	R\$ 14.300,000	1*-
117	19329	268149	RISPERIDONA, DOSAGEM:2 MG	COMPRIMIDO	232000	R\$ 0,111	R\$ 25.752,000	1 *-
118	45275	268521	ROCURONIO 10 MG/ML - FRA 5 ML	FRASCO - AMPOLA /AMPOLA	300	R\$ 9,444	R\$ 2.833,200	2
119	44461	269470	ROPIVACAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM:0,75%, APRESENTAÇÃO:SOLU ÇÃO INJETÁVEL -	FRASCO - AMPOLA /AMPOLA	30	R\$ 14,078	R\$ 422,340	2





			FRASCO/AMPOLA 20 ML					
120	44415	272365	SERTRALINA CLORIDRATO, DOSAGEM:50MG	COMPRIMIDO	1053000	R\$ 0,105	R\$ 110.565,000	1
121	34961	412965/ 412966	SIMETICONA, CONCENTRAÇÃO:75 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇ ÃO ORAL - GOTAS - FRASCO 10 ML	FRASCO	400	R\$ 1,275	R\$ 510,000	2
122	44462	412963	SIMETICONA, DOSAGEM:40 MG	COMPRIMIDO	2500	R\$ 0,096	R\$ 240,000	2
123	41449	268076	SULFATO DE MAGNÉSIO, CONCENTRAÇÃO:10%, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	400	R\$ 0,925	R\$ 370,000	1
124	34696	268075	SULFATO DE MAGNÉSIO, CONCENTRAÇÃO:50%, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	400	R\$ 5,548	R\$ 2.219,200	1
125	44463	268442	SUXAMETÔNIO CLORETO, DOSAGEM:100 MG, INDICAÇÃO:INJETÁVEL - FRASCO-AMPOLA	FRASCO - AMPOLA	200	R\$ 18,761	R\$ 3.752,200	1
126	44464	269818	TERBUTALINA SULFATO, DOSAGEM:0,5 MG/ML, APRESENTAÇÃO:INJET ÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	1500	R\$ 1,220	R\$ 1.830,000	1
127	45274	396853	TETRACAINA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO:ASSOCIA DA À FENILEFRINA, CONCENTRAÇÃO:1% + 0,1%, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇ ÃO OFTÁLMICA -	FRASCO	25	R\$ 19,353	R\$ 483,825	1



			FRASCO 10 ML					
128	44466	292382	TRAMADOL CLORIDRATO, DOSAGEM:50 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇ ÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	8900	R\$ 1,082	R\$ 9.629,800	1
129	39734	399414	VITAMINA A+D - SOLUÇÃO ORAL 50.000 UI/ML (VITAMINA A /RETINOL) + 10.000 UI/ML (VITAMINA D/COLECALCIFEROL). FRASCO GOTEJADOR NO MÍNIMO 10 ML	FRASCO GOTEJADOR	1600	R\$ 4,727	R\$ 7.563,200	2
130	44467	274567/ 363088	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA:B1 + B6 + B12, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	3000	R\$ 0,992	R\$ 2.976,000	1
131	44419	437109	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA:B1, B2, B3, B5, B6, B12 COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	147500	R\$ 0,036	R\$ 5.310,000	1
132		340482	IDOPOVIDONA (PVPI) 2,5% SOLUÇÃO (polivinil pirrolidona)OFTÁLMICA ESTÉRIL - FRASCO COM 5 ML	FRASCO	60	R\$ 31,016	R\$ 1.860,960	1
133		328529	VALPROATO DE SÓDIO 288 MG (EQUIVALENTE A 250 MG DE ÁCIDO VALPRÓICO)	CÁPSULA	97000	R\$ 0,288	R\$ 27.936,000	2
134		267657	FENITOÍNA 100 MG	COMPRIMIDO	23000	R\$ 0,156	R\$ 3.588,000	2



135		267660	FENOBARBITAL 100 MG	COMPRIMIDO	32500	R\$ 0,157	R\$ 5.102,500	2
136		271217	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG	COMPRIMIDO	51500	R\$ 0,987	R\$ 50.830,500	2
137		448841	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG + 12,5 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 75 ML	FRASCO	745	R\$ 12,039	R\$ 8.969,055	2
138		335091	ACETILCISTEINA 100MG/ML AMP 3ML	AMPOLA	500	R\$ 3,628	R\$ 1.814,000	1
139		296120	CLORIDRATO DE OXIBUPROCAÍNA 0,4% FRASCO COM 10 ML	FRASCO	40	R\$ 16,177	R\$ 647,080	1
							<b>R\$ 1.117.441,10</b>	

OBS: PADRONIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE CAP E ISENÇÃO DE ICMS

<sup>1</sup> MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO BÁSICA – Padronizados na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME)

<sup>2</sup> MEDICAMENTOS HOSPITALARES – Padronizados para uso interno das unidades hospitalares e pré - hospitalares.

\* REQUER APLICAÇÃO DE CAP.

- MEDICAMENTO ISENTO DE ICMS

**OBS 2: Em conformidade com o Art. 49, III da Lei Complementar 147/2014, os lotes foram dispostos da seguinte forma:  
Todos os lotes/itens são destinados a ampla concorrência**

**OBS 3: NO CASO DE ALGUMA DIVERGÊNCIA NO DESCRITIVO DOS ITENS/ LOTES ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E O CONSTANTE NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO, DEVERÁ SER CONSIDERADO O DESCRITIVO DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO PREVISTOS NO EDITAL.**



Todo o processo deverá atender a Portaria Conjunta da Procuradoria Geral do Município nº 001 de 25 de fevereiro de 2021 (ANEXO 01).

Os itens 19, 62 e 99 possuem particularidades que precisam ser observadas em atenção ao CI 01 2022 da Maternidade Municipal Humberto Carrano (ANEXO 02) e, portanto, propostas que contenham apresentações que tenham o mesmo medicamento, porém não atendam a especificação da embalagem serão desclassificadas.

Para aquisição de medicamentos não há um catálogo eletrônico de padronização e por esta razão não foi utilizado.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 26.815, de 31 de março de 2023.

1.3. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data da publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O objeto está sujeito a fornecimento contínuo, uma vez que os materiais médico-hospitalares e os medicamentos são distribuídos de forma regular e ininterrupta a todas as Unidades de Saúde, em todos os níveis de atenção. Esses insumos são destinados tanto ao atendimento interno das unidades quanto ao uso domiciliar pelos pacientes, garantindo a continuidade e a qualidade do atendimento prestado aos usuários dos serviços de saúde. Sendo assim, há possibilidade de prorrogação tanto da ata de registro de preços como renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original, nos termos do Decreto Municipal 26.815 de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal 28.994 de 15 de agosto de 2025.

1.5. A Prefeitura Municipal da Lapa não se obriga a adquirir dos licitantes vencedores os itens relacionados, nem as quantidades indicadas no quadro de especificações, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, conforme disposto no artigo 83 da Lei nº 14.133/2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

1.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

1.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Sustentabilidade

Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação por se tratar de produtos farmacêuticos, elaborados e obtidos tecnicamente, com rigoroso controle técnico, com a finalidade de prevenir, curar doenças ou aliviar seus sintomas, conforme especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

De acordo com a norma brasileira, os serviços de saúde são os responsáveis pelo correto gerenciamento de todos os resíduos dos serviços de saúde (RSS) por eles gerados, tendo o dever de atender às normas e exigências legais, desde o momento de sua produção até a sua destinação final. Ressalta-se que atendendo as exigências legais a Prefeitura da Lapa faz o descarte adequado dos medicamentos com Empresa Especializada TRANS-RESÍDUOS AMBIENTAL S.A., para prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), classes “B” (químicos) e “E” (perfuro cortantes), segundo classificação da RDC 306/ANVISA.



Segundo o Art. 18 seção XII da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, entende-se que não é obrigatória a exigência de que o contratado tenha um programa de logística reversa e considerando a sustentabilidade um processo que está em avanço gradativo, a exigência de certificações, laudos técnicos e documentos comprobatórios, neste momento, podem acabar comprometendo a competitividade do certame. Caso durante a execução do contrato haja a criação de uma lei que obrigue as Indústrias Farmacêuticas e Distribuidoras de medicamentos a ter um programa de logística reversa, as contratadas terão que se adequar.

Da exigência de especificações técnicas

Todos os itens deverão estar de acordo com as legislações vigentes e com as especificações descritas no presente Termo de Referência, além de, obrigatoriamente, possuírem registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou Ministério da Saúde, quando for o caso. O número completo de registro do produto deverá corresponder àquele concedido pelo Ministério da Saúde para a embalagem e a forma farmacêutica cotada. Para os produtos passíveis de isenção de registro, apresentar os documentos comprobatórios.

Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

Se as especificações apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da documentação e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

Requisitos para a proposta de preços: A proposta de preços deverá conter os seguintes elementos: Nome, endereço e CNPJ da empresa; Número do processo e do Pregão; Apresentação do item pela Denominação Comum Brasileira (DCB) do(s) princípio(s) ativo(s) e obedecer às especificações técnicas constantes no Termo de Referência; Concentração ou dosagem do produto; Nome fantasia (marca), se houver; Laboratório fabricante; País de origem, caso não seja nacional; Forma farmacêutica (ex: comprimido, cápsula, suspensão, creme, etc.); Embalagem primária e secundária a ser fornecida (Ex.: caixa com 50 frascos com 100 mL, caixa com 50 blisters com 10 comprimidos, etc.); Número de registro do produto no Ministério da Saúde (Para aqueles produtos que tenham isenção de registro, apresentar a Declaração e/ou apresentação de Portarias e RDCs (emitidas pelo Ministério da Saúde ou seus órgãos) comprovando-a), SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO. Caso haja alterações na Denominação Comum Brasileira (DCB) de algum dos medicamentos, todos os documentos serão devidamente analisados de forma a comprovar a informação.

4.3.2. Em caso de medicamento genérico esta indicação deverá constar da proposta, conforme Artigo 2º, §2º da Lei 9.787 de 11 de Fevereiro de 1.999. “Nas aquisições de medicamentos a que se refere o caput deste artigo o medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre os demais em condições de igualdade de preço”.

4.3.3. Para os itens 20, 31, 81, 98, 116, 117, a proposta de preço deverá obedecer o inciso I do artigo 2º da Resolução n.º 3, de 02 de março de 2011 da Secretaria Executiva – Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, será aplicado o Coeficiente de Adequação de Preços (CAP) que fica definido em 21,53% (vinte e um inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) sobre o preço de fábrica, conforme estabelecido na RESOLUÇÃO Nº 5, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020 ou versão que venha a substituir. Os itens que requerem aplicação de CAP estão contidos na RESOLUÇÃO CTE-CMED Nº 6, DE 27 DE MAIO DE 2021.

4.3.4. Os preços cotados deverão observar as disposições contidas na Orientação Interpretativa número 02/2006, da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos. Contudo o valor unitário final proposto pela empresa será conferido junto a tabela CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos). A administração não pagará valores





acima do preço de fábrica, para a marca cotada, estabelecida na tabela da CMED disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmmed/precos>.

4.3.5. A não observância ou descumprimento das normas do Coeficiente de Adequação de Preços – CAP pelo licitante poderá acarretar no encaminhamento de denúncia, acompanhada de todos os documentos comprobatórios, à Secretaria Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED.

4.3.6. O valor correspondente à isenção do ICMS relativa à aplicação do Convênio ICMS CONFAZ n.º 87/2002 ou quaisquer outras normas que impliquem em desoneração tributária, deverá ser deduzido do preço dos itens 20, 81, 98, 116 e 117 devendo o licitante demonstrar a dedução, expressamente, na proposta;

4.3.6.1. A não observância ao disposto no subitem anterior poderá acarretar em desclassificação da proposta;

4.3.6.2. A omissão ou eventual recusa da Licitante, em conceder a isenção prevista no Convênio ICMS CONFAZ n.º 87/2002 ou em qualquer outra norma que resulte em desoneração tributária poderá acarretar denúncia à Secretaria Executiva da CMED e aos Ministérios Públicos Federal e Estadual.

4.4 Exigências para os processos licitatórios para aquisição de medicamentos e materiais médicos hospitalares.

Referente ao envio e preenchimento de notas fiscais pelos fornecedores:

A partir do dia 22 de maio de 2019 passou a ser obrigatório o atendimento as exigências da RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2019 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, onde é orientado que nas aquisições e no recebimento de medicamentos e produtos farmacêuticos deverá ser observado: i) se os fornecedores preencheram adequadamente o código GTIN e os campos dos grupos I80 e k das notas fiscais eletrônicas correspondentes; e ii) como consequência, a obrigatoriedade de que, quando da entrega dos bens adquiridos o fornecedor comprove, mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos na Nota Fiscal Eletrônica – NF – e, modelo 55. Desta forma, solicitamos que o fornecedor nos envie, antes mesmo da entrega dos itens, a cópia da DANFE gerada e também o arquivo XML da Nota Fiscal para o seguinte e-mail: [assistenciafarmaceuticalapa@gmail.com](mailto:assistenciafarmaceuticalapa@gmail.com)

Utilização do Código BR:

Conforme recomendação administrativa nº 011/2019 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná (MPC-PR), é necessário replicar o número do Código BR (conforme quadro de especificações técnicas) ao lado de cada medicamento constante no Edital de Licitação, e não somente na requisição de compras.

Nesta mesma recomendação administrativa o MPC-PR solicita que seja designado uma Comissão de Recebimento de Materiais, composta por, no mínimo, três servidores efetivos, fazendo constar a nomeação dos responsáveis no respectivo edital de licitação. Para isso foi criado o Decreto Municipal nº 24.159 de 16 de Julho de 2019 o criando a Comissão Permanente de Recebimento e Controle de Qualidade de Medicamentos e Materiais Médicos Hospitalares, independente do valor financeiro (ANEXO 03), o Decreto 26054 de 24 de maio de 2022 (ANEXO 04), a Portaria nº 005 de 16 de Julho de 2019 e a Portaria 15 de 18 de maio de 2022 nomeando os membros para compor a referida Comissão (ANEXO 05 e 06).

Referente ao imposto de renda de pessoas jurídicas:

O imposto de renda de pessoas jurídicas ocorrerá na fonte tanto para bens, quanto prestação de serviços, conforme Instrução Normativa nº 1.234 de 2012 da Receita Federal do Brasil (ANEXOS 07, 08 e 09).

4.5 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 Garantia da contratação



Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### 4.7 Assinatura de termo de compromisso e de confidencialidade

Em razão do objeto da licitação, não há necessidade da assinatura de termo de compromisso e de confidencialidade.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### 5.1 Condições de Entrega

O prazo de entrega dos bens é de 15 dias úteis, contados a partir do pedido ser comunicado à empresa vencedora pelo setor de compras (ordem de compras), preferencialmente em remessa única.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

#### 6.1. Referente ao Gestor de Contrato

O Gestor do Contrato será Eliza Carrano Pierin Ramos, conforme PORTARIA Nº 94, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020 e PORTARIA 94 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020 (ANEXOS 10 e 11).

Caberá ao Gestor do Contrato:

- Analisar a documentação que antecede o pagamento;
- Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- Acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

#### 6.2. Referente ao Fiscal do Contrato:

O Fiscal do Contrato será Marina Correa Santos das Neves e Fiscal Suplente será Rita Cassiana Torres Opolis, conforme PORTARIA Nº 94, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020 (ANEXO 02).

Caberá ao fiscal de contrato:

- Anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens;
- Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições;
- Receber designação e manter contato com o preposto da contratada e, se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens;
- Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- Verificar a correta aplicação dos materiais;
- Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido da promoção de controle de qualidade dos bens a serem adquiridos;
- Realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- Propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade;



A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei n.º 14.133, de 2021.

### **6.3. Referente a Comissão de Recebimento**

O recebimento provisório e definitivo dos medicamentos se dará atendendo as exigências do Decreto nº 24159 de 16 de Julho de 2019 e Decreto 26054 de 24 de maio de 2022 (ANEXOS 03 e 04);

Os profissionais autorizados a realizar o recebimento provisório são a gestora de contrato ou qualquer funcionário lotado na central de abastecimento farmacêutico (CAF);

Já o recebimento definitivo se dará pelos membros da comissão de recebimento e controle de qualidade de medicamentos e materiais médico hospitalares, nomeados através da Portaria nº 005 de 16 de julho de 2019 e Portaria nº 15 de 18 de maio de 2022 (ANEXOS 05 e 06):

Rafaela Bernaski Meira Hoffmann – Presidente da Comissão. Marina Corrêa Santos das Neves – Fiscal de Recebimento. Rita Cassiana Torres Opolis – Fiscal de Recebimento. Cesar de Souza Moraes – Fiscal de Recebimento.

I.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **7.1 Recebimento do Objeto**

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo comprovar as providências para substituição no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

No momento da entrega, os medicamentos deverão possuir, no mínimo, 75% do seu prazo total de validade ainda vigente, não se admitindo entrega com prazo inferior a 12 meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente não sejam utilizadas dentro do prazo de validade. O pedido de aceite de validade menor deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do Gestor ou fiscal do Contrato antes que ocorra a entrega. O Pedido deve estar acompanhado de documentação comprobatória.

Todas as notas fiscais deverão conter obrigatoriamente: a Denominação Comum Brasileira do Produto (DCB) ou a descrição do material, o número de lote e a validade do produto, o número do empenho e o endereço de entrega.

As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com as legislações dos Órgãos Competentes e do Código de Defesa do Consumidor.

As embalagens primárias e/ou secundárias dos medicamentos devem apresentar a inscrição "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével, de forma a coibir possíveis desvios de medicamentos.

Todas as embalagens dos medicamentos devem ser acompanhadas das respectivas bulas. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Não serão aceitos medicamentos fora de suas embalagens originais.

Nas notas fiscais deverá vir discriminado o quantitativo entregue de cada lote de todos os produtos entregues, conforme Portaria nº 802/98. Será permitida a entrega de no máximo 04 lotes de cada produto. Não havendo essa possibilidade, a empresa deverá solicitar autorização prévia à entrega ao gestor do contrato.

As embalagens primárias individuais dos medicamentos (ampolas, blisters, frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação, prazo de validade e concentração.

A licitante fica ciente de que se houver incompatibilidade de suas informações, com as características apresentadas pelos produtos estará sujeita às sanções previstas na legislação vigente e a não substituição pelo produto adequado será considerada como recusa de entrega.

Os produtos acondicionados em frascos de vidro ou bisnagas que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias resistentes, a fim de evitar a quebra e dano dos produtos durante o transporte.

Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre de segurança, com características de rompimento irrecuperável, na embalagem primária e secundária do produto.

Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos produtos, sem qualquer ônus para a Administração Pública.

A fim de evitar transtornos durante o contrato, exigimos que as empresas ganhadoras solicitem troca de marca do produto, apenas quando puderem comprovar a falta do produto





no mercado ou a interrupção na fabricação por motivos específicos, comprovados por meio de documento do fabricante (por exemplo: falta de matéria-prima). Para análise jurídica da troca de marca exigimos a comprovação do custo da marca de contrato e da marca proposta e da qualidade da marca proposta.

## 7.2 Do Transporte dos Produtos

O transporte dos produtos deverá ser feito por empresas habilitadas, dentro de condições que assegurem a qualidade dos mesmos, por meio do controle adequado durante o transporte e armazenagem em trânsito, garantindo que estejam devidamente protegidos quanto a pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles de temperatura devem ser apropriados para garantir a integridade do produto.

O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

O acondicionamento e o transporte dos produtos devem ser feito dentro do preconizado para os mesmos, obedecendo as condições de empilhamento máximo das caixas estabelecidas pelo fabricante, a fim de evitar avarias dos produtos.

## 7.3. Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetua-





do, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### 7.4 Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária previsto no item 11.7 do edital. Fórmula de atualização monetária em caso de atraso por culpa do município;

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM= Encargos moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP

= Valor da parcela a ser paga;

I= Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$$\text{Portanto: } I = \frac{(6/100)}{365} = 0,00016438$$

#### 7.5 Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.



## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.117.441,12 (um milhão, cento e dezesseite mil, quatrocentos e quarenta e um reais e doze centavos) conforme custos unitários na tabela acima.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Em se tratando de Pregão na modalidade de registro de preços a indicação da dotação fica postergada para o momento anterior a contratação;

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **11. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DO PRODUTO**

Os itens 19, 62 e 99 contidos neste processo necessitam que sua apresentação seja obrigatoriamente com estojo esterilizado, conforme CI 01 2022 da Maternidade Municipal Humberto Carrano (ANEXO 02).

## **12. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

12.1 Determinação do local de entrega e condições de recebimento.

Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), localizada na Treze de Maio, nº 1023 – centro, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e recessos municipais, no horário das 08:00 às 11:45 horas e das 13:30 às 16:00 horas. Qualquer entrega fora desse horário poderá não ser recebida. O recebimento dos medicamentos e materiais se dará por funcionários designados através da Comissão de Recebimento e Controle de Qualidade de Materiais conforme Portaria nº 005 de 16 de Julho de 2019 e a Portaria 15 de 18 de maio de 2022 (ANEXO 05 e 06).

12.2 Mecanismos formais, em meio físico ou digital, de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre o contratante e a contratada.

Durante a execução do contrato, em caso de dúvidas sobre os itens, pedidos de prorrogação no prazo de entrega, comunicação de falta no mercado, solicitações de trocas de marca ou realinhamentos de preço e situações similares, entrar em contato com o gestor (através do e-mail [assistenciafarmaceuticalapa@gmail.com](mailto:assistenciafarmaceuticalapa@gmail.com) ou telefone 41 3547-8035), que irá passar as devidas orientações e tomar as providências necessárias.

A Contratada deverá manter o e-mail e o telefone (dados de contato) sempre atualizados.

## **13. DO REAJUSTE**

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (05/01/2026).

Após o interregno de um ano, independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, por meio da aplicação, pelo Contratante, do IGPM ou IPCA, o que for mais vantajoso para a administração, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será formalizado por simples apostilamento.

#### **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

der causa à inexecução parcial do contrato; der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; der causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato; fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei); multa compensatória de 0,5% a 5%. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); multa compensatória de 5% a 30%. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156,

§5º, da Lei); multa compensatória de 15% a 30%. Multa: moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias; O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021. .compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



**PREFEITURA  
MUNICIPAL  
DA LAPA**

Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro  
CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000

<https://lapa.atende.net>



Assinado eletronicamente por:

**ELIZA CARRANO PIERIN  
RAMOS**

23/03/2026 10:53:24

Assinatura digital avançada.

**Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável**



Assinado eletronicamente por:

**ELIZA CARRANO PIERIN  
RAMOS**

23/03/2026 10:52:32

Assinatura digital avançada.

**Gestor(a) de Contrato**

**Por estar de acordo com o presente Requisição, autorizo a elaboração do Processo pertinente, nos termos da Legislação Vigente.**



Assinado eletronicamente por:

**GIOVANNE COLACO  
HORNING**

23/03/2026 11:52:49

Assinatura digital avançada.

**Secretário(a) Responsável pela Pasta**

**Lapa-PR, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_**



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES, DA ATENÇÃO BÁSICA E SAÚDE MENTAL, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DE ATENDIMENTO DAS UNIDADES HOSPITALARES, PRÉ-HOSPITALARES, FARMÁCIA MUNICIPAL, UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DA PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA.

Processo Nº:

Secretaria Demandante: Secretaria Municipal de Saúde

LAPA - PR  
2026



## **INTRODUÇÃO**

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui a etapa inicial do planejamento de uma contratação pública, sendo o documento que caracteriza o interesse público envolvido, identifica a melhor solução para o atendimento da demanda e fundamenta a elaboração do termo de referência ou projeto básico, desde que a contratação seja considerada viável.

O ETP tem como objetivo evidenciar o problema a ser resolvido e indicar a solução mais adequada, permitindo a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica, sociocultural e ambiental da contratação. Também contempla aspectos mercadológicos, técnicos e de gestão que envolvem o processo.

No presente caso, a solicitação tem por finalidade a aquisição de medicamentos básicos e hospitalares visando garantir a continuidade e a qualidade no atendimento prestado pelas Unidades Hospitalares, Pré-Hospitalares e de Atenção Básica da Prefeitura Municipal da Lapa, assegurando a manutenção dos serviços públicos de saúde.

## **I - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A Assistência Farmacêutica (AF) é parte integrante da Política Nacional de Saúde e deve ser compreendida como um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial. Essa política faz parte do Sistema Único de Saúde (SUS) e prevê o fornecimento de medicamentos essenciais para a saúde da população.

O Município da Lapa possui uma Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) baseada na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e nos perfis epidemiológicos do município, visando atender as necessidades da população.

A Central de Abastecimento Farmacêutico do Município da Lapa é a responsável pela aquisição, armazenamento e distribuição dos medicamentos hospitalares, da Atenção Básica e Saúde Mental constantes na REMUME, para suprir as necessidades de atendimento das Unidades Hospitalares, Pré-hospitalares, Farmácia Municipal e demais Unidade de Saúde da Prefeitura Municipal da Lapa.

Justifica-se a aquisição dos medicamentos que compõem o presente processo com o propósito final de garantir o abastecimento dos Serviços Municipais de Saúde, assegurando a continuidade dos tratamentos e o cuidado integral aos usuários atendidos.

O descritivo foi elaborado pela área técnica, empregando os códigos BR do CATÁLOGO DE MATERIAIS – CATMAT, do sistema SIASG do site <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/desid/catmat>.

## **II – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

A atual contratação está devidamente prevista no plano anual de contratações.

## **III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A contratação deverá atender aos princípios licitatórios estabelecidos no âmbito da Administração Pública, bem como às normas sanitárias, administrativas e técnicas vigentes, incluindo as exigências específicas para a aquisição de medicamentos e materiais médico-hospitalares no setor público.

A empresa licitante deverá apresentar obrigatoriamente os seguintes documentos:

- Certificado de regularidade da empresa licitante expedido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF), indicando o responsável técnico com seu número de CRF, nos casos em que couber;
- Licença Sanitária da empresa licitante, expedida pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, renovada anualmente, dentro do seu prazo de validade. Nos locais onde não seja emitido o documento acima, as empresas deverão apresentar cópia do deferimento publicado no Diário Oficial.





- Autorização Especial de Funcionamento ou cópia legível da sua publicação em Diário Oficial da União da licitante, para comercialização de medicamentos sujeitos a controle especial (psicotrópicos e entorpecentes).

Todos os itens deverão estar de acordo com as legislações vigentes e com as especificações descritas no Termo de Referência, além de, obrigatoriamente, possuírem registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou Ministério da Saúde, quando for o caso. O número completo de registro do produto deverá corresponder àquele concedido pelo Ministério da Saúde para a embalagem e a forma farmacêutica cotada. Para os produtos isentos de registro, deverá ser apresentada documentação comprobatória dessa condição.

De acordo com a Lei nº 6.360/76, as indústrias fabricantes de medicamentos, insu- mos, drogas, produtos para saúde ("correlatos"), cosméticos, perfumarias e outros produ- tos devem contar, obrigatoriamente, com a assistência de responsável técnico habilitado, em número suficiente para cobrir todo o período de produção, inclusive para atividades correlatas.

O Decreto nº 8.077/2013 regulamenta as condições de funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, bem como o registro, controle e monitoramento no âmbito da vigilância sanitária. A Licença Sanitária é emitida pela autoridade competente (municipal ou estadual) e habilita o estabelecimento a operar dentro das condições higiê- nico-sanitárias e técnicas exigidas para sua atividade, comprovando o cumprimento das normas municipais, estaduais e federais vigentes.

Nesse contexto, a Resolução SESA nº 1034/2020, que estabelece o grau de risco sanitário das atividades econômicas no Estado do Paraná, determina os procedimentos para o licenciamento sanitário. Entre as atividades listadas estão a fabricação e comercia- lização de Produtos para a Saúde. Assim, as empresas que fabricam, distribuem ou arma- zenam os itens relacionados neste processo devem, obrigatoriamente, possuir Licença Sanitária válida.

#### Validade dos Produtos

No momento da entrega, somente serão aceitos:

- Medicamentos com, no mínimo, 75% de seu prazo total de validade vigente, sendo vedada a entrega com prazo inferior a 12 meses.

Excepcionalmente, em situações devidamente justificadas, poderá ser autorizada a entrega com prazos inferiores a 75%, desde que:

- Haja solicitação formal do fornecedor;
- Seja apresentado o compromisso escrito de substituição das unidades que eventu- almente vençam nos estoques dos serviços;
- O pedido receba anuência expressa do gestor do contrato ou, na sua ausência, do Secretário (a) de Saúde;
- A solicitação esteja acompanhada de documentação comprobatória.

#### Custos e Responsabilidades

Todos os custos relativos ao manuseio, embalagem, transporte, frete, seguro, carga e descarga, desde a origem até o destino, são de responsabilidade exclusiva da empresa proponente. Isso inclui também:

- Despesas com devolução de materiais entregues em desacordo com o edital ou com defeitos de fabricação;
- Reposição dos produtos, quando necessário.

## IV – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES



A programação para aquisição de medicamentos tem como objetivo estimar as quantidades necessárias para atender à demanda dos serviços de saúde ao longo de 12 (doze) meses, período correspondente à vigência das Atas de Registro de Preços. Essa estimativa é fundamental para garantir o abastecimento regular e a continuidade das atividades assistenciais, contribuindo para a gestão eficiente dos estoques e para a manutenção da qualidade dos serviços prestados à população.

O objeto deste processo caracteriza-se pelo fornecimento contínuo e ininterrupto de medicamentos, destinados à distribuição em todas as Unidades de Saúde do Município, abrangendo todos os níveis de atenção. Os medicamentos destinam-se tanto ao uso interno das unidades quanto ao uso domiciliar pelos pacientes, assegurando a continuidade dos tratamentos e a qualidade do atendimento.

A Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) elaborou a estimativa de consumo com base no histórico de utilização dos itens e na projeção de novas demandas, decorrentes da expansão dos serviços.

Como se trata de um Pregão geral de medicamentos padronizados (que irá substituir o PREGÃO 28/2024, que está vigente até fevereiro de 2025), previamente à elaboração deste ETP, foi realizado um levantamento de todos os itens, e após a definição dos mesmos, foi realizado um levantamento detalhado, considerando tanto o quantitativo de entrada como o de saída de cada um deles, nos últimos três anos (foi considerado este período porque a grande maioria dos itens deste processo é de uso hospitalar, cuja demanda é bem variável), através do Sistema de gerenciamento IPM Saúde (Relatórios – Atendimento – Farmacêuticos – Histórico - Movimento Físico Analítico) conforme ANEXO 01. O levantamento do ano de 2025 foi estimado (verificamos os dados de 01/01/2025 à 21/10/2025 e dividimos o quantitativo por nove e multiplicamos por 12). Ao maior quantitativo anual, seja de entrada ou saída, foi adicionada uma margem de 30%, de modo a garantir o suprimento do estoque, até elaboração de novo processo, considerando também a possibilidade de haver aumento de consumo. Alguns itens fazem parte do elenco do Consórcio Intergestores Paraná Saúde e sobre estes itens foi definido um quantitativo equivalente a 1/2 (medicamentos hospitalares ou uso interno das unidades – itens 5, 14, 24, 35, 36, 37, 43, 66, 75, 76, 84, 89, 94, 112, ) ou 1/3 (medicamentos atenção básica – itens 48, 133, 134, 135, 136 e 137) do total estabelecido e os mesmos somente serão adquiridos se o preço resultante deste processo for mais vantajoso ao município ou em caso de indisponibilidade por parte do Consórcio, por motivos de atraso de entrega ou cancelamento do item, por exemplo. Para o item 70 consideramos metade do quantitativo porque o consumo é muito alto e uma indisponibilidade por parte do Consórcio pode prejudicar significativamente o abastecimento. Os itens do Consórcio contidos neste processo foram incluídos por motivo de histórico de atrasos na entrega ou alguma dificuldade de fornecimento ou no caso dos hospitalares, em que foram incluídos no elenco do Consórcio há pouco tempo em comparação aos demais.

A Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente da Lapa celebraram uma parceria, onde na Cláusula quarta a SMS se responsabiliza a fornecer medicamentos ao Centro de Controle de Zoonoses (ANEXO 02) e como alguns itens deste processo são de uso comum aos animais, alguns quantitativos foram aumentados para suprir esta nova necessidade (itens 9, 21, 32, 50, 88). O item 138 foi solicitada a inclusão pela Upa e se aprovada pela Comissão de Farmácia e Terapêutica será adquirido através deste processo.

Alguns itens tiveram seus quantitativos arredondados devido a indisponibilidade de embalagens com menor quantidade, ou com poucas marcas disponíveis para a apresentação e de forma a ampliar a participação, reduzir a chance de insucesso, sendo itens essenciais, como é o caso por exemplo dos itens 60, 121, 123 e 124. O item 132 foi incluído como alternativa terapêutica ao item 104, que tem grande histórico de insucesso em processos licitatórios. Estes itens são destinados a prevenção da conjuntivite neonatal e será adquiri-



do aquele que for mais vantajoso ao município. No ANEXO 03 está a NOTA TÉCNICA Nº 11/2024-CACRIAD/CGACI/DGCI/SAPS/MS do Ministério da Saúde, que trata do assunto. Os itens 8, 12, 22, 51, 62, 89, 108 foram malsucedidos no PE 28/2024 e estão disponíveis através do pregão 23/2025, um pregão reduzido, de medicamentos fracassados. Devido ao histórico de insucesso desses itens, os mesmos foram mantidos neste processo e será adquirido àquele que o valor for mais vantajoso.

Atendendo o PD 26388 do Departamento de Compras, Licitações e Contratos, entramos em contato com o Instituto de Previdência e a Câmara Municipal para que se manifestassem sobre a intenção de participação na licitação a ser realizada e a resposta dos órgãos estão contidas no ANEXO 04.

Além disso, devido as especificidades do objeto, não há possibilidade de adesão à ATA de registro de preços por outros órgãos porque a aquisição de medicamentos é complexa e no município temos através do DECRETO Nº 26054 DE 24 DE MAIO DE 2022, a Comissão permanente de recebimento e controle de qualidade de medicamentos e materiais médicos hospitalares. A adesão de outros órgãos impossibilita a atuação da Comissão e não há como atestar se o recebimento foi correto.

ITEM	CÓDIGO IPM	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	PROCESSO	2023		2024		2025 até outubro		2025 estimado		MAIOR EN-TRA-DA OU SAÍDA + 30%	QUANTIDADE NOVO PREGÃO	ARREDONDANDO	OBSERVAÇÕES
						EN-TRA-DA	SAÍ-DA	EN-TRA-DA	SAÍ-DA	EN-TRA-DA	SAÍ-DA	EN-TRA-DA	SAÍ-DA				
1	44420	271687	ÁCIDO ASCÓRBICO, DOSAGEM:100 MG/ML, TIPO USO:INJETÁVEL- AMPOLA 5 ML	AMPOLA	PE 28 2024	799	317	0	482	700	600	933	800	1213	1300	1300	
2	45267	327566	ACIDO TRANEXAMICO 50 MG/ML - AMPOLA 5 MI	AMPOLA	PE 28 2024	600	492	400	491	300	444	400	592	780	800	800	
3	45266	278281	ADENOSINA 3 MG/ML - AMPOLA 2 MI	AMPOLA	PE 28 2024	15	101	189	86	0	25	0	33	246	300	300	
4	44472	352317	ÁGUA DESTILADA, ASPECTO FÍSICO:ESTÉRIL E APIROGÊNICA, TIPO EMBALAGEM:EM SISTEMA FECHADO - 250 ML	FRASCO/BOLSA	PE 28 2024	35	44	70	28	0	65	0	87	113	120	120	
5	44421	352317	ÁGUA DESTILADA, ASPECTO FÍSICO:ESTÉRIL E APIROGÊNICA, TIPO EMBALAGEM:EM SISTEMA FECHADO - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	PE 28 2024 e consórcio	17.600	13.098	3.300	7.792	9.000	7.217	12.000	9.623	22880	11440	11500	ADOTADO 1/2 DO QUANTITATIVO POR FAZER PARTE DO CONSÓRCIO - ITEM DE GRANDE CONSUMO E É ARRIS-CADO COLOCAR MENOR QUANTIDADE NO PROCESSO - SE HOUVER FALTA NO CONSÓRCIO PREJUDICA



																	O MUNICÍ- PIO
6	4526 5	268376	ALBUMINA HUMANA 20% FRASCO 50 ML - FRASCO	FRASCO	PE 28 2024	1	3	0	0	2	2	3	3	4	4	4	
7	4526 4	292402	AMINOFILINA, DOSAGEM:24 MG/ML, FORMA FARMACÊUTI- CA:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	PE 28 2024	0	4	100	16	0	1	0	1	130	200	200	
8	2053 7	271710	AMIODARONA, DOSAGEM: 50MG/ML - AMPOLA DE 3 ML IV	AMPOLA	PE 23/2025	535	312	150	279	300	145	400	193	696	700	700	
9	2053 8	268207	AMPICILINA, DOSAGEM: 1 G, TIPO USO: INJETÁ- VEL	FRASCO- AMPOLA	PE 28 2024	100	113	100	60	100	112	133	149	194	200	250	aumento da quantidade devido a necessidade do Centro de Controle de Zoonozes
10	1773 8	442727	AMPICILINA, DOSAGEM: 500 MG, TIPO USO: INJETÁ- VEL	FRASCO- AMPOLA	PE 28 2024	100	55	170	90	0	20	0	27	221	300	300	
11	4526 3	268214	ATROPINA SULFA- TO, DOSAGEM:0,25 MG/ML, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	PE 28 2024	240	102	298	95	48	207	64	276	387	400	400	
12	4442 3	270616	BENZILPENICILINA, APRESENTA- ÇÃO:POTÁSSICA, DOSA- GEM:5.000.000UI, USO:INJETÁVEL	AMPOLA	PE 23 2025	50	10	0	20	0	0	0	0	65	100	100	
13	3493 4	405900	BENZOCAÍNA, COMPOSI- ÇÃO:ASSOCIADA COM TRICLOSANA E MENTOL, CONCEN- TRAÇÃO:45 MG + 5 MG + 5 MG/ML, FORMA FARMA- CEUTICA:AEROSOL	AMPOLA	FRACAS- SADO	35	30	35	33	0	14	0	19	46	50	50	
14	4442 4	270597	BETAMETASONA, COMPOSI- ÇÃO:ACETATO, APRESENTA- ÇÃO:ASSOCIADA COM BETAMETA- SONA FOSFATO, DOSAGEM:3MG + 3MG/ML, USO:INJETÁVEL - AMPOLA DE 1 ML	AMPOLA	PE 28 2024 e consór- cio	625	217	90	593	180	70	240	93	813	406,25	410	ADOTADO 1/2 DO QUANTITA- TIVO POR FAZER PARTE DO CONSÓRCIO - ITEM DE GRANDE CONSUMO E É ARRISCA- DO COLO- CAR MENOR QUANTIDA- DE NO PROCESSO - SE HOUVER



																	FALTA NO CONSÓRCIO PREJUDICA O MUNICÍ- PIO
15	1908 9	268222	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% 10 ML - AMPOLA	AMPOLA	PE 28 2024	450	185	600	542	0	275	0	367	780	800	800	
16	4442 5	270138/ 396604	BIPERIDENO, APRESENTA- ÇÃO:LACTATO, DOSAGEM:5 MG/ML, INDICA- ÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML IV/IM	AMPOLA	PE 28 2024	100	27	75	52	0	20	0	27	130	200	200	
17	3972 7	269956	BROMOPRIDA 4 MG/ML GOTAS - FRA 20 ML	FRASCO	PE 28 2024	765	855	2.016	1.62 9	864	1.46 8	1.152	1.95 7	2621	2700	2700	
18	4442 6	269958	BROMOPRIDA, DOSAGEM: 5 MG/ML, APRES- TAÇÃO:INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	PE 28 2024	18.60 2	8.51 1	5.502	9.42 8	4.450	6.27 2	5.933	8.36 3	24183	25000	25000	
19	4442 7	270095	BUPIVACAÍNA CLORIDRATO, APRESENTA- ÇÃO:ASSOCIADA À GLICOSE, DOSA- GEM:0,5% + 8%, TIPO:SOLUÇÃO INJETÁVEL- AMPOLA 4 ML – COM ESTOJO ESTERELIZADO (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMPOLA	PE 28 2024	719	240	0	360	280	160	373	213	935	1000	1000	
20	1951 0	268084	CABERGOLINA, DOSAGEM: 0,5 MG	AMPOLA	PE 28 2024	40	24	24	8	2	10	3	13	52	60	60	
21	3973 7	348073	CARVAO ATIVADO PO - 1 KG - PACOTE	PACOTE	DESER- TO PE 28 2024 E PE 23 2025	3	2	1	2			0	0	4	4	10	aumento da quantidade devido a necessidade do Centro de Controle de Zoonozes
22	3467 8	442693	CEFZOLINA SODICA 1 G - FRASCO	FRASCO- AMPOLA	PE 23 2025	850	946	750	994	1.504	960	2.005	1.28 0	2607	2700	2700	
23		450891	CEFTRIAXONA 1 G IM - FRASCO - AMPOLA	FRASCO- AMPOLA	PE 28 2024	100	100	0	0	0	0	0	0	130	1000	1000	ITEM TEM CONSUMO SIGNIFICA- TIVO, PORÉM COMO GERALMEN- TE A CEFTRIAXO- NA EV É DE UMA MARCA QUE PODE SER APLICADA TANTO EV COMO IM O CONSUMO



																	ACABA SENDO DO OUTRO ITEM, MAS PRECISAMOS DE UM QUANTITATIVO MAIOR DA IM CASO O ITEM 24 SEJA SOMENTE EV
24	1951 1	442701/ 450890	CEFTRIAXONA SODICA 1 G EV - FRASCO - AMPOLA	FRASCO - AMPOLA	PE 28 2024 e consórcio	4.200	5.03 9	3.000	4.57 5	5.365	4.10 3	7.153	5.47 1	9299	4650	4700	1/2 DO QUANTITATIVO POR FAZER PARTE DO CONSÓRCIO - ITEM DE GRANDE CONSUMO E É ARRISCA-DO COLOCAR MENOR QUANTIDADE NO PROCESSO - SE HOUVER FALTA NO CONSÓRCIO PREJUDICA O MUNICÍPIO
25	3627 0	448844	CETOPROFENO 100 MG EV - FRASCO	FRASCO- AMPOLA	PE 28 2024	3.900	5.68 2	7.400	4.95 3	800	3.30 0	1.067	4.40 0	9620	9700	9700	
26	1951 3	448845	CETOPROFENO, CONCENTRAÇÃO:50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	PE 28 2024	4.903	5.83 3	4.913	3.59 2	5.330	4.79 4	7.107	6.39 2	9239	9300	9300	
27	4210 4	292418	CIPROFLOXACINO 2 MG/ML - BOLSA 100 MI	FRASCO/ BOLSA	PE 28 2024	60	70	60	70	120	42	160	56	208	250	250	
28	1881 8	270118	CLONAZEPAM, DOSAGEM: 0,5 MG	COMPRI- MIDO		87.48 0	69.6 00	42.72 0	60.4 80	43.200	39.8 40	57.60 0	53.1 20	11372 4	115000	115000	
29	3972 8	270119	CLONAZEPAM, DOSAGEM:2 MG	COMPRI- MIDO		178.2 00	157. 140	115.9 50	136. 260	80.160	94.8 90	106.8 80	126. 520	23166 0	232000	232000	
30	4442 9	272043	CLONIDINA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO:0,1 MG	COMPRI- MIDO	DESERTO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1000	1000	Consumo desconhecido por não ter o medicamento em estoque. Sempre resulta em deserto nos processos licitatórios e a UPA sempre solicita a aquisição. Esta quantidade é razoável e aumenta a chance de uma Empresa se interessar





																	em oferecer o item
31	3470 0	272045	CLOPIDOGREL, DOSAGEM 75 MG	COMPRI- MIDO	PE 28 2024	590	690	500	380	724	432	965	576	1255	1300	2000	AUMENTA- DA A QUANTIDA- DE PARA TER DISPONÍVEL NA CAIXA DE EMERGÊN- CIA DAS UNIDADES
32	1909 1	267162	CLORETO DE POTÁSSIO, DOSA- GEM:19,1%, APRESENTA- ÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	PE 28 2024	0	25	450	264	50	145	67	193	585	600	1000	aumento da quantidade devido a necessidade do Centro de Controle de Zoonozes
33	4443 0	268236	CLORETO DE SÓDIO 0,9%_SOLUÇÃO INJETÁVEL, APLICA- ÇÃO:SISTEMA FECHADO - AMPO- LA 10 ML	AMPOLA	PE 28 2024	24.28 3	14.7 42	7.600	16.4 86	11.000	10.3 16	14.66 7	13.7 55	31568	32000	32000	
34	3089 8	267574	CLORETO DE SÓDIO 20% 10 ML - AMPOLA	AMPOLA	PE 28 2024	200	157	0	155	200	130	267	173	347	400	400	
35	4443 1	268236	CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATI- VO:0,9%_SOLUÇÃO INJETÁVEL, APLICA- ÇÃO:SISTEMA FECHADO - FRAS- CO/BOLSA 100 ML	FRAS- CO/BOLSA	PE 28 2024 e consór- cio	12.58 0	18.5 29	15.30 0	16.7 30	13.450	14.0 10	17.93 3	18.6 80	24284	12142	13000	1/2 DO QUANTITA- TIVO POR FAZER PARTE DO CONSÓRCIO - ITEM DE GRANDE CONSUMO E É ARRISCA- DO COLO- CAR MENOR QUANTIDA- DE NO PROCESSO - SE HOUVER FALTA NO CONSÓRCIO PREJUDICA O MUNICÍ- PIO
36	4443 2	268236	CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATI- VO:0,9%_SOLUÇÃO INJETÁVEL, APLICA- ÇÃO:SISTEMA FECHADO - FRAS- CO/BOLSA 250 ML	FRAS- CO/BOLSA	PE 28 2024 e consór- cio	14.59 2	18.5 29	7.600	10.4 19	7.669	7.01 4	10.22 5	9.35 2	24088	12044	12100	1/2 DO QUANTITA- TIVO POR FAZER PARTE DO CONSÓRCIO - ITEM DE GRANDE CONSUMO E É ARRISCA- DO COLO- CAR MENOR QUANTIDA- DE NO PROCESSO - SE HOUVER FALTA NO CONSÓRCIO PREJUDICA



																	O MUNICÍ- PIO
37	4443 3	268236	CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATI- VO:0,9%_ SOLUÇÃO INJETÁVEL, APLICA- ÇÃO:SISTEMA FECHADO - FRAS- CO/BOLSA 500 ML	FRAS- CO/BOLSA	PE 28 2024 e consór- cio	9.367	7.71 8	7.038	7.80 1	375	260	500	347	12177	6088	6100	1/2 DO QUANTITA- TIVO POR FAZER PARTE DO CONSÓRCIO - ITEM DE GRANDE CONSUMO E É ARRISCA- DO COLO- CAR MENOR QUANTIDA- DE NO PROCESSO - SE HOUVER FALTA NO CONSÓRCIO PREJUDICA O MUNICÍ- PIO
38		269571	CLORIDRATO DE PROXIMETACAÍNA 0,5%, FORMA FARMACEUTI- CA:SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO 5 ML	FRASCO	DESER- TO PE 23 2025			0	0	2	2	3	3	3	40	40	Item incluído como substituto à Tetracaina Cloridrato 1% + Fenilefrina Cloridrato 0,1%, que tem tido insucesso nos últimos processos licitatórios e é essencial nos atendi- mentos da UPA. OBS: O histórico de entradas e saídas se refere a Tetracaina Cloridrato 1% + Fenilefrina Cloridrato 0,1%. Devido a dificuldade de aquisição e a impor- tância do item para o atendimento da UPA, dobramos a quantidade do item. Há bastante tempo está em falta a tetracaina e temos que comprar este medicamen- to com recursos próprios.



39	4443 4	268069	CLORPROMAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 5 MG/ML, APRESEN- TAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	PE 28 2024	250	162	50	61	186	116	248	155	325	400	400	
40	2055 2	276283	DESLANÓSIDO, DOSAGEM:0,2 MG/ML, APRESEN- TAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	PE 28 2024	200	44	150	40	10	20	13	27	260	300	300	
41	4144 1	425182/6 02763	ESCETAMINA DOSAGEM:50 MG/ML, FORMA FARMACÉUTI- CA:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML - ESCETAMI- NA/CETAMINA	AMPOLA	PE 28 2024	1	60	220	66	0	58	0	77	286	300	300	
42	3972 9	267197	DIAZEPAM, DOSAGEM: 10 MG	COMPRI- MIDO	PE 28 2024	46.20 0	33.7 90	38.99 0	34.2 00	23.000	24.3 90	30.66 7	32.5 20	60060	60000	60000	
43	1952 3	267194	DIAZEPAM, DOSAGEM:5 MG/ML, APRESEN- TAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	PE 28 2024 e consór- cio	878	556	532	520	200	393	267	524	1141	571	600	1/2 DO QUANTITA- TIVO POR FAZER PARTE DO CONSÓRCIO - ITEM DE CONSUMO VARIÁVEL E É ARRISCA- DO COLO- CAR MENOR QUANTIDA- DE NO PROCESSO - SE HOVER FALTA NO CONSÓRCIO PREJUDICA O MUNICÍ- PIO
44	1952 4	270999/ 271003	DICLOFENACO, APRESENTA- ÇÃO:SAL SÓDICO, DOSA- GEM:25MG/ML, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 3 ML	AMPOLA	PE 28 2024	1.716	1.95 4	9.000	5.49 0	1.500	3.85 7	2.000	5.14 3	11700	12000	12000	
45	1929 5	271000	DICLOFENACO, APRESENTA- ÇÃO:SAL SÓDICO, DOSAGEM:50 MG	COMPRI- MIDO	PE 28 2024	2.005	2.18 5	2.400	2.00 0	500	1.60 0	667	2.13 3	3120	3200	3200	
46	1952 5	272336	DIMENIDRINATO, APRESENTA- ÇÃO:ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTO- SE, DOSAGEM:3MG + 5MG + 100MG + 100MG/ML, TIPO MEDICAMEN- TO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	PE 28 2024	100	376	100	300	700	532	933	709	1213	1250	1250	



47	19526	272334	DIMENIDRINATO, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 50MG + 50MG/ML, TIPO MEDICAMENTO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	DESE-TO PE 28 2024 E PE 23 2025	600	935	0	50	0	0	0	0	0	1216	1250	1250	
48	44404	267203	DIPIRONA SÓDICA, DOSAGEM: 500 MG	COMPRI-MIDO	PE 28 2024 e Consórcio	410.400	433.070	13.740	12.733	491.972	465.292	655.963	620.389	852751	284250	284500	1/3 DO QUANTITATIVO POR FAZER PARTE DO CONSÓRCIO - ITEM DE GRANDE CONSUMO E É ARRISCADO COLOCAR MENOR QUANTIDADE NO PROCESSO - SE HOUVER FALTA NO CONSÓRCIO PREJUDICA O MUNICÍPIO	
49	44435	268446	DOBUTAMINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 12,5 MG/ML, INDICAÇÃO: INJETÁVEL - AMPOLA 20 ML	AMPOLA	PE 28 2024	100	50	50	70	20	65	27	87	130	150	150		
50	42286	268960	DOPAMINA 5 MG/ML - AMPOLA	AMPOLA	PE 28 2024	120	40	70	108	132	120	176	160	229	250	300	aumento da quantidade devido a necessidade do Centro de Controle de Zoonozes	
51	18768	287687	EFEDRINA, APRESENTAÇÃO: SULFATO, DOSAGEM: 50 MG/ML, APLICAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	PE 23 2025	0	75	150	40	0	12	0	16	195	200	200		
52	19369	268255	EPINEFRINA (ADRENALINA), DOSAGEM: 1MG/ML, USO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	PE 28 2024	2.100	963	720	1.317	1.300	847	1.733	1.129	2730	3000	3000		
53	44436	270621	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, DOSAGEM: 4MG + 500MG/ML, INDICAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	PE 28 2024	4.900	2.192	5.968	4.933	2.000,00	4.190	2.667	5.587	7758	7800	7800		
54	44406	267283	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, DOSAGEM: 10 MG	COMPRI-MIDO	PE 28 2024	45.960	44.700	20.990,00	18.420	35.000	34.460	46.667	45.947	60667	61000	61000		



55	4443 7	267282	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, DOSAGEM:20 MG/ML, INDICA- ÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	PE 28 2024	2.000	2.000	1.500	638	500	889	667	1.185	2600	2700	2700	
56	4443 8	272198	ETILEFRINA CLORIDRATO, DOSAGEM:10MG/ML, APRESENTA- ÇÃO:INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	PE 28 2025	150	210	258	182	90	132	120	176	335	350	350	
57	4527 0	270116	ETOMIDATO, DOSAGEM:2 MG/ML, APRES- ENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	PE 28 2024	20	44	18	18	0	26	0	35	57	75	75	arredonda- mento - EMBALA- GENS COM 5 E 25 AMPOLAS
58	1952 8	267107	FENITOÍNA SÓDICA, DOSAGEM:50 MG/ML, APRES- ENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	PE 28 2024	120	141	354	273	144,00	171	192	228	460	500	500	
59		300722/ 300725	FENOBARBITAL SÓDICO, DOSA- AGEM:100 MG/ML, FORMA FARMA- CÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	PE 28 2024	70	57	50,00	36	0	24	0	32	91	100	100	
60	4526 0	396471	FENOTEROL BROMIDRATO, CONCENTRAÇÃO:5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO ORAL - FRASCO 20 ML	FRASCO	PE 28 2024	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200	caixa fechada
61	4443 9	271950	FENTANILA, APRESENTA- ÇÃO:SAL CITRATO, DOSAGEM:0,05 MG/ML, INDICA- ÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO/AMPOLA 10 ML	FRASCO- AMPOLA OU AMPOLA	PE 28 2024	400	928	1.175	990	0	365	0	487	1528	1600	1600	
62	4444 0	271950	FENTANILA, APRESENTA- ÇÃO:SAL CITRATO, DOSAGEM:0,05 MG/ML, INDICA- ÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL (ESTOJO ESTERILIZADO) - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	PE 23 2025	712	520	0	315	100	260	133	347	926	1000	1000	
63	3628 3	292399	FITOMENADIONA, DOSAGEM:10 MG/ML, APRES- ENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	PE 28 2024	300	470	1.050	342	50,00	311	67	415	1365	1400	1400	





64	2055 6	268510	FLUMAZENIL, DOSAGEM:0,1 MG/ML, INDICA- ÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	PE 28 2024	50	45	30,00	34	0	19	0	25	65	70	70	
65	3493 0	449187	FOSFOMICINA TROMETAMOL 5,631 G ENVELOPE DE GRANULADO	ENVELO- PE	PE 28 2024	64	62	32	58	30	45	40	60	83	90	90	
66	4398 8	267666	FUROSEMIDA, COMPOSIÇÃO:10 MG/ML, APRESEN- TAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	PE 23 2028	1.600	1.53 1	1.200	1.59 7	1.800	1.80 1	2.400	2.40 1	3122	1561	1600	1/2 DO QUANTITA- TIVO POR FAZER PARTE DO CONSÓRCIO - ITEM DE CONSUMO VARIÁVEL E É ARRISCA- DO COLO- CAR MENOR QUANTIDA- DE NO PROCESSO - SE HOUVER FALTA NO CONSÓRCIO PREJUDICA O MUNICÍ- PIO
67	4228 4	269761	GENTAMICINA, DOSAGEM:20 MG/ML, APLICA- ÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	PE 28 2024	50	35	0	11	0	0	0	0	65	100	100	
68	4247 5	268256	GENTAMICINA, DOSAGEM:40 MG/ML, APLICA- ÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	PE 23 2025	50	50	250	100	85	113	113	151	325	400	400	
69		269622	GLICEROL, DOSA- GEM:12%, APRE- SENTAÇÃO:CLISTER - FRASCO COM 500 ML	AMPOLA	PE 28 2024	226	129	0	20	10	35	13	47	294	300	300	
70	3973 0	442754	GLICLAZIDA, DOSAGEM: 30 MG	COMPRI- MIDO	PE 28 2024 e consórcio	605.0 00	625. 300	610.0 00	560. 700	473.44 9,00	478. 209	631.2 65	637. 612	82889 6	414448	415000	1/2 DO QUANTITA- TIVO POR FAZER PARTE DO CONSÓRCIO - ITEM DE CONSUMO GRANDE CONSUMO - ARRISCADO COLOCAR MENOR QUANTIDA- DE NO PROCESSO - SE HOUVER FALTA NO CONSÓRCIO PREJUDICA O MUNICÍ- PIO



71	4434 5	270019	GLICONATO DE CÁLCIO, DOSA- GEM:10%, APRE- SENTA- ÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	PE 28 2024	215	167	0,00	65	200	125	267	167	347	400	400	
72	4444 2	270092	GLICOSE, CONCEN- TRAÇÃO:5%, INDICA- ÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARAC- TERÍSTICAS ADICIO- NAIS:SISTEMA FECHADO - FRAS- CO/BOLSA 250 ML	FRAS- CO/BOLSA	PE 28 2024	0	0	595	200	0	170	0	227	774	800	800	
73	4444 3	270092	GLICOSE, CONCEN- TRAÇÃO:5%, INDICA- ÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARAC- TERÍSTICAS ADICIO- NAIS:SISTEMA FECHADO - FRAS- CO/BOLSA 500 ML	FRAS- CO/BOLSA	PE 28/2024	1.570	3.03 9	210	570	375	260	500	347	3951	4000	4000	
74	4185 4	267541	GLICOSE, CONCEN- TRAÇÃO:50%, INDICA- ÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	PE 28 2024	3.200	1.86 9	3.000	3.17 2	1.400	2.45 1	1.867	3.26 8	4248	4300	4300	
75	3590 8	292196	HALOPERIDOL, DOSAGEM:5 MG/ML, TIPO USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	PE 28 2024 e Consór- cio	800	808	550	357	150,00	181	200	241	1050	525	550	1/2 DO QUANTITA- TIVO POR FAZER PARTE DO CONSÓRCIO - ITEM DE CONSUMO VARIÁVEL E É ARRISCA- DO COLO- CAR MENOR QUANTIDA- DE NO PROCESSO - SE HOUVER FALTA NO CONSÓRCIO PREJUDICA O MUNICÍ- PIO
76	3493 1	448983	HEPARINA SODICA 5000 UI/0,25 ML SC - AMPOLA	AMPOLA	PE 28 2024 e Consór- cio	100	30	500,0 0	527	800	475	1.067	633	1387	694	700	1/2 DO QUANTITA- TIVO POR FAZER PARTE DO CONSÓRCIO - ITEM DE CONSUMO VARIÁVEL E É ARRISCA- DO COLO- CAR MENOR QUANTIDA- DE NO PROCESSO - SE HOUVER FALTA NO CONSÓRCIO PREJUDICA O MUNICÍ- PIO



77	4185 5	272796	HEPARINA SÓDICA, DOSAGEM: 5.000UI/ML, INDICAÇÃO: INJETÁVEL EV/SC - FRASCO 5 ML	FRASCO- AMPOLA	PE 28 2024	75	254	500	244	151	122	201	163	650	700	700	
78	4444 5	268115	HIDRALAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 20 MG/ML, INDICAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	PE 28 2024	250	108	200	175	150	235	200	313	407	450	450	
79	4444 6	270219	HIDROCORTISONA SUCCINATO SÓDICO 500MG, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL - FRASCO-AMPOLA	FRASCO- AMPOLA	PE 28 2024	750	1.06 9	717	871	686	933	915	1.24 4	1617	1700	1700	
80	4444 7	270220 / 342135	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 100MG, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL - FRASCO-AMPOLA	FRASCO- AMPOLA	PE 28 2024	1.200	662	750	1.07 3	1.400,0 0	754	1.867	1.00 5	2427	2500	2500	
81	4444 8	448616	HIDRÓXIDO DE FERRO III, CONCENTRAÇÃO: 20 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	PE 28 2024	680	366	141,0 0	290	222	270	296	360	884	900	900	
82	4525 9	433293	HIDROXIETILAMIDO (HETAMIDO), CONCENTRAÇÃO: SOLUÇÃO À 6%, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: EM SISTEMA FECHADO FRASCO/BOLSA 500 MLL	FRASCO/BOLSA	PE 28 2024	4	9	8	8	15	5	20	7	26	60	60	EMBALAGEM
83	3974 9	268469	ISOFLURANO, DOSAGEM: 100 %, APRESENTAÇÃO: ANESTÉSICO INALATÓRIO - FRASCO 100 ML	FRASCO	PE 28 2024	4	1	2	3	1	0	1	0	5	5	5	
84	4440 8	273395	ISOSSORBIDA DINITRATO SUBLINGUAL, DOSAGEM: 5 MG	COMPRI- MIDO	PE 28 2025 e Consórcio	240	150	210	90	0	150	0	200	312	156	180	1/2 DO QUANTITATIVO POR FAZER PARTE DO CONSÓRCIO - ITEM DE CONSUMO VARIÁVEL E É ARRISCA- DO COLOCAR MENOR QUANTIDADE NO PROCESSO - SE HOUVER FALTA NO CONSÓRCIO



																	PREJUDICA O MUNICÍ- PIO
85	4210 9	268130	LEVOMEPROMAZI- NA 40 MG/ML GOTAS - FRASCO COM 20 ML	FRASCO	PE 28 2024	1.600	1.43 0	0	331	0	0	0	0	2080	2100	2100	
86	4441 0	268129	LEVOMEPROMAZI- NA MALEATO, DOSAGEM: 100 MG	COMPRI- MIDO	PE 28 2024	40.00 0	25.8 00	12.00 0	20.8 00	13.500	19.2 00	18.00 0	25.6 00	52000	52000	52000	
87	4440 9	268128	LEVOMEPROMAZI- NA MALEATO, DOSAGEM: 25 MG	COMPRI- MIDO	PE 28 2024	34.00 0	29.8 00	52.00 0	41.0 00	25.000, 00	40.6 00	33.33 3	54.1 33	70373	70500	70500	
88	4527 1	269843	LIDOCAINA 2% SEM VASOCONSTRICAO 20 ML - FRASCO	FRASCO	PE 28 2024	618	548	500,0 0	449	201	415	268	553	803	900	900	aumento da quantidade devido a necessidade do Centro de Controle de Zoonozes
89	4441 1	269846	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM: 2% - TUBO 30 G	TUBO	PE 23 2025 e Consór- cio	1.126	956	674	797	551	606	735	808	1464	732	750	1/2 DO QUANTITA- TIVO POR FAZER PARTE DO CONSÓRCIO - ITEM DE CONSUMO VARIÁVEL E É ARRISCA- DO COLO- CAR MENOR QUANTIDA- DE NO PROCESSO - SE HOUVER FALTA NO CONSÓRCIO PREJUDICA O MUNICÍ- PIO
90	4527 2	269843	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM:2%, APRESENTA- ÇÃO:INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	PE 28/2024	300	161	200	295	219	299	292	399	518	600	600	
91	4444 9	442581	METARAMINOL, CONCENTRAÇÃO:10 MG/ML, FORMA FARMACEUTI- CA:SOLUÇÃO INJETÁVEL- AMPOLA 1 ML	AMPOLA	PE 28 2024	125	70	5	65	75	45	100	60	163	200	200	
92	4445 0	268264	METILERGOMETRI- NA MALEATO, DOSAGEM:0,2 MG/ML, INDICA- ÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	PE 28 2024	0	20	250	130	50,00	65	67	87	325	400	400	
93	4441 2	272320	METILFENIDATO CLORIDRATO, DOSAGEM: 10MG	COMPRI- MIDO	PE 28 2024	1.560	0	840,0 0	1.14 0	1.200	930	1.600	1.24 0	2080	2100	2100	



94	4445 1	267310	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, DOSAGEM:5 MG/ML, APRESEN- TAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	PE 28 2024 e Consór- cio	3.780	2.18 0	2.420	2.14 7	700	1.54 3	933	2.05 7	4914	2457	2500	1/2 DO QUANTITA- TIVO POR FAZER PARTE DO CONSÓRCIO - ITEM DE CONSUMO VARIÁVEL E É ARRISCA- DO COLO- CAR MENOR QUANTIDA- DE NO PROCESSO - SE HOUVER FALTA NO CONSÓRCIO PREJUDICA O MUNICÍ- PIO
95	3971 1	345259	METOPROLOL, CONCENTRAÇÃO:1 MG/ML, FORMA FARMACEUTI- CA:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	PE 28 2024	70	100	140	180	180	100	240	133	312	350	350	
96	3971 2	268498	METRONIDAZOL, DOSA- GEM:5MG/ML, APRESENTA- ÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO/BOLSA 100 ML	FRAS- CO/BOLSA	PE 28 2024	480	245	0	163	170	246	227	328	624	650	650	
97	3470 5	268481	MIDAZOLAM 5 MG/ML 10 ML - AMPOLA	AMPOLA	PE 28 2024	950	1.01 1	600	892	700,00	705	933	940	1314	1350	1350	
98	4434 3	304871	MORFINA 10 MG/ML - AMPOLA	AMPOLA	PE 28 2024	1.330	897	900,0 0	522	0	460	0	613	1729	1800	1800	
99	4434 3	304872	MORFINA, APRE- SENTA- ÇÃO:SULFATO, DOSA- GEM:0,2MG/ML, FORMA FARMA- CÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL (ESTOJO ESTERILIZADO) - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	PE 28 2024	480	326	50	272	400	220	533	293	693	700	700	
10 0	4445 2	440055	MUCOPOLISSACA- RÍDEO, COMPOSI- ÇÃO:POLISSULFATO , CONCENTRAÇÃO:5 MG/G, FORMA FARMACÊUTI- CA:GEL- TUBO 40 G	TUBO	PE 28 2024	20	8	10	8	6	3	8	4	26	30	30	
10 1	4445 3	272326	NALOXONA CLORIDRATO, DOSAGEM:0,4 MG/ML, APRESEN- TAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	PE 28 2024	15	43	40	18	0	9	0	12	56	60	60	
10 2	4527 6	273457	NEOSTIGMINA 0,5 MG/ML EV/IM/SC - AMPOLA	AMPOLA	PE 28 2024	0	10	170	50	0	10	0	13	221	250	250	
10 3	3346 1	267728	NIFEDIPINO 10 MG - COMPRIMIDO	COMPRI- MIDO	PE 28 2024	0	300	300	600	570	450	760	600	988	1000	1000	





10 4	4719 2	291951	NITRATO DE PRATA 1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL - FRASCO DE 5 ML (A VALIDADE DO MEDICAMENTO APÓS ABERTO PRECISA SER DE NO MÍNIMO 14 DIAS )	FRASCO	DESER- TO	15	10	18	18	15	17	20	23	29	60	60	Item que sempre resulta em deserto nos processos licitatórios. É um item essencial para atendimento dos recém nascidos da Maternidade e muito específico por ser manipulado. Devido a pequena quantidade licitada, as farmácias que se localizam em outros Estados não encontram vantagem no fornecimen- to. Baseado nisto e consideran- do que a última compra foi realizada com recursos próprios de um funcio- nário, é necessário fazermos uma solicitação de um quantitativo que atenda um período maior de fornecimen- to, por isso, dobramos a quantidade neste processo.
10 5	1953 7	268970	NITROGLICERINA, DOSAGEM:5 MG/ML, APLICA- ÇÃO:INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	PE 28 2024	105	72	106	88	40	22	53	29	138	150	150	
10 6	4445 5	442584	NOREPINEFRINA, CONCENTRAÇÃO:2 MG/ML, FORMA FARMACÊUTI- CA:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 4 ML	AMPOLA	PE 28 2024	670	1.31 5	250	535	550	510	733	680	1710	1800	1800	
10 7	4185 8	268277	OCITOCINA, DOSAGEM:5 UI/ML, INDICA- ÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	PE 28 2024	657	1.20 7	2.800	1.86 5	460	1.04 5	613	1.39 3	3640	3700	3700	



108	30887	268160	OMEPRAZOL 40 MG EV - FRASCO	FRASCO	PE 23 2025	1.820	2.517	1.200	1.970	1.383	896	1.844	1.195	3272	3300	3300	
109	44456	268504	ONDANSETRONA CLORIDRATO, DOSAGEM:2 MG/ML, INDICAÇÃO:INJETÁVEL- AMPOLA 4 ML	AMPOLA	PE 28 2024	1.300	1.123	1.150	862	500	1.040	667	1.387	1803	1800	1800	
110	44413	273940	PAROXETINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 20 MG	COMPRI-MIDO	PE 28 2024	118.050	191.610	430.950	322.230	108.930	217.650	145.240	290.200	560235	560500	560500	
111	42103	273952	PROGESTERONA, DOSAGEM:200 MG	CÁPSULA	PE 28 2024	28	28	0	56	84	14	112	19	146	168	168	
112	44457	267769	PROMETAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM:25 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	PE 28 2024 e Consórcio	800	1.159	1.650	1.587	1.200	998	1.600	1.331	2145	2200	1100	1/2 DO QUANTITATIVO POR FAZER PARTE DO CONSÓRCIO - ITEM DE GRANDE CONSUMO E É ARRISCA-DO COLOCAR MENOR QUANTIDADE NO PROCESSO - SE HOUVER FALTA NO CONSÓRCIO PREJUDICA O MUNICÍPIO
113	40478	305935	PROPOFOL, DOSAGEM:10 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:EMULSÃO INJETÁVEL - FRASCO/AMPOLA 20 MI	FRASCO/ AMPOLA	PE 28 2024	450	392	100	99	30	123	40	164	585	600	600	
114	44459	274918	RETINOL, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADO C/AMINOÁCIDOS+ METIONINA+ CLORANFENICOL, CONCENTRAÇÃO:10.000UI + 25MG + 5MG + 5MG/G, APLICAÇÃO:POMADA OFTÁLMICA - TUBO COM 3,5 G	TUBO	PE 28 2024	55	25	6	15	18	28	24	37	72	80	80	



11 5	4446 0	303292	RINGER, COMPOSI- ÇÃO: ASSOCIADO COM LACTATO DE SÓDIO, FORMA FARMACÊUTI- CA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARAC- TERÍSTICA ADICIO- NAL: SISTEMA FECHADO - FRAS- CO/BOLSA 500 ML	FRASCO/ BOLSA	PE 28 2024	715	245	294	410	121	473	161	631	930	1000	1000	
11 6	1932 8	272839	RISPERIDONA, DOSAGEM: 1 MG	COMPRI- MIDO	PE 28 2024	110.0 00	105. 080	80.20 0	101. 400	75.300	67.9 00	100.4 00	90.5 33	14300 0	143000	143000	
11 7	1932 9	268149	RISPERIDONA, DOSAGEM: 2 MG	COMPRI- MIDO	PE 28 2024	145.0 00	128. 730	178.0 00	150. 400	110.00 0	102. 360	146.6 67	136. 480	23140 0	232000	232000	
11 8	4527 5	268521	ROCURONIO 10 MG/ML - FRA 5 ML	FRASCO – AMPOLA /AMPOLA	PE 28 2024	50	198	80	73	30	20	40	27	257	300	300	
11 9	4446 1	269470	ROPIVACAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM: 0,75%, APRESENTA- ÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO/AMPOLA 20 ML	FRASCO – AMPOLA /AMPOLA	PE 28 2024	15	5	10	11	0	0	0	0	20	30	30	
12 0	4441 5	272365	SERTRALINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 50MG	COMPRI- MIDO	PE 28 2024	755.0 00	696. 000	810.0 00	581. 000	273.91 0	426. 670	365.2 13	568. 893	10530 00	1053000	1053000	
12 1	3496 1	412965/ 412966	SIMETICONA, CONCENTRAÇÃO: 75 MG/ML, FORMA FARMACÊUTI- CA: SOLUÇÃO ORAL - GOTAS - FRASCO 10 ML	FRASCO	PE 28 2024	185	14	20	101	200	42	267	56	347	400	400	embalagem
12 2	4446 2	412963	SIMETICONA, DOSAGEM: 40 MG	COMPRI- MIDO	PE 28 2024	1.200	1.86 0	1.600	1.18 0	20	640	27	853	2418	2500	2500	
12 3	4144 9	268076	SULFATO DE MAGNÉSIO, CONCENTRA- ÇÃO: 10%, USO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	PE 28 2024	180	95	230	235	0	150	0	200	306	400	400	embalagem
12 4	3469 6	268075	SULFATO DE MAGNÉSIO, CONCENTRA- ÇÃO: 50%, USO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	PE 28 2024	100	110	200	125	200	165	267	220	347	400	400	embalagem
12 5	4446 3	268442	SUXAMETÔNIO CLORETO, DOSA- GEM: 100 MG, INDICA- ÇÃO: INJETÁVEL - FRASCO-AMPOLA	FRASCO - AMPOLA	PE 28 2024	130	91	110	129	120	90	160	120	208	200	200	
12 6	4446 4	269818	TERBUTALINA SULFATO, DOSA- GEM: 0,5 MG/ML, APRESENTA- ÇÃO: INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	PE 28 2024	900	1.11 0	250	362	200	190	267	253	1443	1500	1500	



12 7	4527 4	396853	TETRACAINA CLORIDRATO, COMPOSI- ÇÃO:ASSOCIADA À FENILEFRINA, CONCENTRA- ÇÃO:1% + 0,1%, FORMA FARMA- CEUTICA:SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO 10 ML	FRASCO	DESER- TO	4	7	0	1	0	0	0	0	0	9	25	25	baixo consumo devido a falta no mercado e consequen- temente nos processos licitatórios.
12 8	4446 6	292382	TRAMADOL CLORIDRATO, DOSAGEM:50 MG/ML, FORMA FARMACÊUTI- CA:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	PE 28 2024	5.330	4.02 6	6.780	4.23 4	0	3.42 5	0	4.56 7	8814	8900	8900		
12 9	3973 4	399414	VITAMINA A+D - SOLUÇÃO ORAL 50.000 UI/ML (VITAMINA A /RETINOL) + 10.000 UI/ML (VITAMINA D/COLECALCIFEROL ) . FRASCO GOTEJA- DOR NO MÍNIMO 10 ML	FRASCO GOTEJA- DOR	PE 28 2024	1.200	810	946	799	200	601	267	801	1560	1600	1600		
13 0	4446 7	274567/ 363088	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA:B1 + B6 + B12, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	PE 28 2024	1.900	2.29 7	80	20	800	860	1.067	1.14 7	2986	3000	3000		
13 1	4441 9	437109	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA:B1, B2, B3, B5, B6, B12 COMPRIMIDO	COMPRI- MIDO	PE 28 2024	113.0 00	97.3 25	61.50 0	76.0 00	85.000	85.0 00	113.3 33	113. 333	14733 3	147500	147500		
13 2		340482	IODOPOVIDONA (PVPI) 2,5% SOLUÇÃO (polivinil pirrolido- na)OFTÁLMICA ESTÉRIL - FRASCO COM 5 ML	FRASCO								0	0	0	60	60	Item incluído como alternativa terapêutica ao item (NITRATO DE PRATA 1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL - FRASCO DE 5 ML) e a justificativa é a mesma. Precisamos aumentar a chance de um destes itens ter sucesso no processo em razão da importância no trata- mento da conjuntivite neonatal. Caso os dois	



																	tenham sucesso no processo, optaremos pelo item mais vantajoso ao Município.
13 3		328529	VALPROATO DE SÓDIO 288 MG (EQUIVALENTE A 250 MG DE ÁCIDO VALPRÓICO)	CÁPSULA	PE 028 2024 e Consór- cio	64.00 0	72.4 50	224.0 00	158. 950	34.400	30.3 00	45.86 7	40.4 00	29120 0	97067	97000	adotado 1/3 do quantita- tivo por fazer parte do consórcio
13 4		267657	FENITOÍNA 100 MG	COMPRI- MIDO	PE 23 2025 e Consór- cio	29.50 0	37.5 00	25.50 0	31.5 00	39.100	23.6 00	52.13 3	31.4 67	67773	22591	23000	adotado 1/3 do quantita- tivo por fazer parte do consórcio
13 5		267660	FENOBARBITAL 100 MG	COMPRI- MIDO	PE 028 2024 e Consór- cio	31.00 0	66.6 00	75.00 0	62.0 00	34.000	43.4 00	45.33 3	57.8 67	97500	32500	32500	adotado 1/3 do quantita- tivo por fazer parte do consórcio
13 6		271217	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG	COMPRI- MIDO	PE 028 2024 e Consór- cio	49.07 1	41.1 29	40.17 5	47.3 72	88.897	75.7 61	118.5 29	101. 015	15408 8	51363	51500	adotado 1/3 do quantita- tivo por fazer parte do consórcio
13 7		448841	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG + 12,5 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 75 ML	FRASCO	PE 028 2024 e Consór- cio	1.107	622	726	1.02 2	1.290	960	1.720	1.28 0	2236	745	745	adotado 1/3 do quantita- tivo por fazer parte do consórcio
13 8		335091	ACETILCISTEINA 100MG/ML AMP 3ML	AMPOLA								0	0	500	500	500	item recentemen- te adiciona- do para atender novas necessida- des da UPA
13 9		296120	CLORIDRATO DE OXIBUPROCAÍNA 0,4% FRASCO COM 10 ML	FRASCO	PE 23 2025					20	5	27	7	35	35	40	

## V – LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Com base nos requisitos definidos, foram realizados levantamentos para identificar quais soluções existentes no mercado, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender





à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

Os medicamentos se enquadram na descrição de bens comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais de mercado (art. 1º da Lei 10.520/2022, c/c o art. 2º, § 1º, do Decreto 5.450/2005), o que justifica a adoção do Pregão Eletrônico, visto que o mesmo é definido pela Lei 14.133/2021, no seu inciso XLI, art. 6º, como a “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”. Sendo a modalidade de Registro de preços a ideal pois é conveniente a aquisição dos medicamentos com previsão de entregas parceladas por não ser possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela administração.

#### VI - ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

A estimativa de preços contempla um valor de R\$ 1.117.441,104 (um milhão, cento e dezessete mil e quatrocentos e quarenta e um reais e dez centavos), para a obtenção da cesta de preços, os valores unitários dos itens foram coletados em várias fontes de pesquisa disponíveis, buscando preferencialmente os valores mais recentes, a fim de obter a maior amplitude possível e assim, a representatividade dos valores (a tabela com todos os valores coletados encontra-se no ANEXO 05). As fontes de pesquisa utilizadas foram as descritas abaixo, e os critérios utilizados em cada uma delas estão detalhados no Relatório de Pesquisa de Preços:

- Banco de Preços em Saúde
- Painel de Preços
- Comprasgov
- Atas vigentes Lapa
- Menor Preço Paraná
- Atas de São Paulo
- Consórcio Paraná Saúde
- Atas de Rio Negro
- Atas de outros municípios
- Pesquisa de preços através de e-mail com Farmácias de Manipulação

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MÉDIA	PREÇO TOTAL
1	271687	ÁCIDO ASCÓRBICO, DOSAGEM:100 MG/ML, TIPO USO:INJETÁVEL- AMPOLA 5 ML	AMPOLA	1300	R\$ 0,786	R\$ 1.021,800
2	327566	ACIDO TRANEXAMICO 50 MG/ML - AMPOLA 5 MI	AMPOLA	800	R\$ 3,976	R\$ 3.180,800
3	278281	ADENOSINA 3 MG/ML - AMPOLA 2 MI	AMPOLA	300	R\$ 10,472	R\$ 3.141,600
4	352317	ÁGUA DESTILADA, ASPECTO FÍSICO:ESTÉRIL E APIROGÊNICA, TIPO EMBALAGEM:EM SISTEMA FECHADO - 250 ML	FRASCO/BOLS A	120	R\$ 4,225	R\$ 507,000
5	352317	ÁGUA DESTILADA, ASPECTO FÍSICO:ESTÉRIL E APIROGÊNICA, TIPO EMBALAGEM:EM SISTEMA FECHADO - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	11500	R\$ 0,204	R\$ 2.346,000



6	268376	ALBUMINA HUMANA 20% FRASCO 50 ML - FRASCO	FRASCO	4	R\$ 160,74 8	R\$ 642,992
7	292402	AMINOFILINA, DOSAGEM:24 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	200	R\$ 2,343	R\$ 468,600
8	271710	AMIODARONA, DOSAGEM: 50MG/ML - AMPOLA DE 3 ML IV	AMPOLA	700	R\$ 2,969	R\$ 2.078,300
9	268207	AMPICILINA, DOSAGEM: 1 G, TIPO USO: INJETÁVEL	FRASCO- AMPOLA	250	R\$ 4,345	R\$ 1.086,250
10	442727	AMPICILINA, DOSAGEM: 500 MG, TIPO USO: INJETÁVEL	FRASCO- AMPOLA	300	R\$ 3,783	R\$ 1.134,900
11	268214	ATROPINA SULFATO, DOSAGEM:0,25 MG/ML, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	400	R\$ 0,789	R\$ 315,600
12	270616	BENZILPENICILINA, APRESENTAÇÃO:POTÁSSICA, DOSAGEM:5.000.000UI, USO:INJETÁVEL	AMPOLA	100	R\$ 10,659	R\$ 1.065,900
13	405900	BENZOCAÍNA, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA COM TRICLOSANA E MENTOL, CONCENTRAÇÃO:45 MG + 5 MG + 5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA:AEROSSOL	AMPOLA	50	R\$ 31,102	R\$ 1.555,100
14	270597	BETAMETASONA, COMPOSIÇÃO:ACETATO, APRESENTAÇÃO:ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, DOSAGEM:3MG + 3MG/ML, USO:INJETÁVEL - AMPOLA DE 1 ML	AMPOLA	410	R\$ 6,536	R\$ 2.679,760
15	268222	BICARBONATO DE SODIO 8,4% 10 ML - AMPOLA	AMPOLA	800	R\$ 0,774	R\$ 619,200
16	270138/ 396604	BIPERIDENO, APRESENTAÇÃO:LACTATO, DOSAGEM:5 MG/ML, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1ML IV/IM	AMPOLA	200	R\$ 2,311	R\$ 462,200
17	269956	BROMOPRIDA 4 MG/ML GOTAS - FRA 20 ML	FRASCO	2700	R\$ 1,998	R\$ 5.394,600
18	269958	BROMOPRIDA, DOSAGEM: 5 MG/ML, APRESENTAÇÃO:INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	25000	R\$ 1,262	R\$ 31.550,000
19	270095	BUPIVACAÍNA CLORIDRATO, APRESENTAÇÃO:ASSOCIADA À GLICOSE, DOSAGEM:0,5% + 8%, TIPO:SOLUÇÃO INJETÁVEL- AMPOLA 4 ML – COM ESTOJO ESTERELIZADO (EMBALAGEM HOSPITALAR)	AMPOLA	1000	R\$ 7,052	R\$ 7.052,000
20	268084	CABERGOLINA, DOSAGEM: 0,5 MG	AMPOLA	60	R\$ 6,340	R\$ 380,400



21	348073	CARVAO ATIVADO PO - 1 KG - PACOTE	PACOTE	10	R\$ 40,823	R\$ 408,230
22	442693	CEFAZOLINA SODICA 1 G - FRASCO	FRASCO-AMPOLA	2700	R\$ 4,083	R\$ 11.024,100
23	450891	CEFTRIAXONA 1 G IM - FRASCO - AMPOLA	FRASCO-AMPOLA	1000	R\$ 7,294	R\$ 7.294,000
24	442701/ 450890	CEFTRIAXONA SODICA 1 G EV - FRASCO - AMPOLA	FRASCO - AMPOLA	4700	R\$ 3,951	R\$ 18.569,700
25	448844	CETOPROFENO 100 MG EV - FRASCO	FRASCO-AMPOLA	9700	R\$ 2,942	R\$ 28.537,400
26	448845	CETOPROFENO, CONCENTRAÇÃO:50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	9300	R\$ 1,298	R\$ 12.071,400
27	292418	CIPROFLOXACINO 2 MG/ML - BOLSA 100 ML	FRASCO/BOLSA	250	R\$ 7,039	R\$ 1.759,750
28	270118	CLONAZEPAM, DOSAGEM: 0,5 MG	COMPRIMIDO	115000	R\$ 0,067	R\$ 7.705,000
29	270119	CLONAZEPAM, DOSAGEM:2 MG	COMPRIMIDO	232000	R\$ 0,045	R\$ 10.440,000
30	272043	CLONIDINA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO:0,1 MG	COMPRIMIDO	1000	R\$ 0,267	R\$ 267,000
31	272045	CLOPIDOGREL, DOSAGEM 75 MG	COMPRIMIDO	2000	R\$ 0,278	R\$ 556,000
32	267162	CLORETO DE POTÁSSIO, DOSAGEM:19,1%, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	1000	R\$ 0,399	R\$ 399,000
33	268236	CLORETO DE SÓDIO 0,9%_ SOLUÇÃO INJETÁVEL, APLICAÇÃO:SISTEMA FECHADO - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	32000	R\$ 0,217	R\$ 6.944,000
34	267574	CLORETO DE SÓDIO 20% 10 ML - AMPOLA	AMPOLA	400	R\$ 0,394	R\$ 157,600
35	268236	CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATIVO:0,9%_ SOLUÇÃO INJETÁVEL, APLICAÇÃO:SISTEMA FECHADO - FRASCO/BOLSA 100 ML	FRASCO/BOLSA A	13000	R\$ 3,053	R\$ 39.689,000
36	268236	CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATIVO:0,9%_ SOLUÇÃO INJETÁVEL, APLICAÇÃO:SISTEMA FECHADO - FRASCO/BOLSA 250 ML	FRASCO/BOLSA A	12100	R\$ 3,709	R\$ 44.878,900
37	268236	CLORETO DE SÓDIO, PRINCÍPIO ATIVO:0,9%_ SOLUÇÃO INJETÁVEL, APLICAÇÃO:SISTEMA FECHADO - FRASCO/BOLSA 500 ML	FRASCO/BOLSA A	6100	R\$ 4,541	R\$ 27.700,100
38	269571	CLORIDRATO DE PROXIMETACAÍNA 0,5%, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO	FRASCO	40	R\$ 9,685	R\$ 387,400



		OFTÁLMICA - FRASCO 5 ML				
39	268069	CLORPROMAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 5 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	400	R\$ 2,250	R\$ 900,000
40	276283	DESLANÓSIDO, DOSAGEM:0,2 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	300	R\$ 2,132	R\$ 639,600
41	425182/6027 63	ESCETAMINA DOSAGEM:50 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML - ESCETAMINA/CETAMINA	AMPOLA	300	R\$ 16,359	R\$ 4.907,700
42	267197	DIAZEPAM, DOSAGEM: 10 MG	COMPRIMIDO	60000	R\$ 0,048	R\$ 2.880,000
43	267194	DIAZEPAM, DOSAGEM:5 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	600	R\$ 0,837	R\$ 502,200
44	270999/ 271003	DICLOFENACO, APRESENTAÇÃO:SAL SÓDICO, DOSAGEM:25MG/ML, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 3 ML	AMPOLA	12000	R\$ 0,749	R\$ 8.988,000
45	271000	DICLOFENACO, APRESENTAÇÃO:SAL SÓDICO, DOSAGEM:50 MG	COMPRIMIDO	3200	R\$ 0,054	R\$ 172,800
46	272336	DIMENIDRINATO, APRESENTAÇÃO:ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, DOSAGEM:3MG + 5MG + 100MG + 100MG/ML, TIPO MEDICAMENTO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	1250	R\$ 8,343	R\$ 10.428,750
47	272334	DIMENIDRINATO, APRESENTAÇÃO:ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, DOSAGEM:50MG + 50MG/ML, TIPO MEDICAMENTO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	1250	R\$ 3,735	R\$ 4.668,750
48	267203	DIPIRONA SÓDICA, DOSAGEM:500 MG	COMPRIMIDO	284500	R\$ 0,116	R\$ 33.002,000
49	268446	DOBUTAMINA CLORIDRATO, DOSAGEM:12,5 MG/ML, INDICAÇÃO:INJETÁVEL - AMPOLA 20 ML	AMPOLA	150	R\$ 5,069	R\$ 760,350
50	268960	DOPAMINA 5 MG/ML - AMPOLA	AMPOLA	300	R\$ 2,959	R\$ 887,700



51	287687	EFEDRINA, APRESENTAÇÃO:SULFATO, DOSAGEM:50 MG/ML, APLICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	200	R\$ 5,533	R\$ 1.106,600
52	268255	EPINEFRINA (ADRENALINA), DOSAGEM:1MG/ML, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	3000	R\$ 0,959	R\$ 2.877,000
53	270621	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, APRESENTAÇÃO:ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, DOSAGEM:4MG + 500MG/ML, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	7800	R\$ 1,283	R\$ 10.007,400
54	267283	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, DOSAGEM:10 MG	COMPRIMIDO	61000	R\$ 0,522	R\$ 31.842,000
55	267282	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, DOSAGEM:20 MG/ML, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	2700	R\$ 0,992	R\$ 2.678,400
56	272198	ETILEFRINA CLORIDRATO, DOSAGEM:10MG/ML, APRESENTAÇÃO:INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	350	R\$ 1,636	R\$ 572,600
57	270116	ETOMIDATO, DOSAGEM:2 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	75	R\$ 10,617	R\$ 796,275
58	267107	FENITOÍNA SÓDICA, DOSAGEM:50 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL- AMPOLA 5 ML	AMPOLA	500	R\$ 2,135	R\$ 1.067,500
59	300722/ 300725	FENOBARBITAL SÓDICO, DOSAGEM:100 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	100	R\$ 2,468	R\$ 246,800
60	396471	FENOTEROL BROMIDRATO, CONCENTRAÇÃO:5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA: SOLUÇÃO ORAL - FRASCO 20 ML	FRASCO	200	R\$ 5,370	R\$ 1.074,000
61	271950	FENTANILA, APRESENTAÇÃO:SAL CITRATO, DOSAGEM:0,05 MG/ML, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO/AMPOLA 10 ML	FRASCO- AMPOLA OU AMPOLA	1600	R\$ 3,335	R\$ 5.336,000
62	271950	FENTANILA, APRESENTAÇÃO:SAL CITRATO, DOSAGEM:0,05 MG/ML,	AMPOLA	1000	R\$ 2,085	R\$ 2.085,000



		INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL (ESTOJO ESTERILIZADO) - AMPOLA 2 ML				
63	292399	FITOMENADIONA, DOSAGEM:10 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	1400	R\$ 1,820	R\$ 2.548,000
64	268510	FLUMAZENIL, DOSAGEM:0,1 MG/ML, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	70	R\$ 5,084	R\$ 355,880
65	449187	FOSFOMICINA TROMETAMOL 5,631 G ENVELOPE DE GRANULADO	ENVELOPE	90	R\$ 21,552	R\$ 1.939,680
66	267666	FUROSEMIDA, COMPOSIÇÃO:10 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	1600	R\$ 0,632	R\$ 1.011,200
67	269761	GENTAMICINA, DOSAGEM:20 MG/ML, APLICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	100	R\$ 1,512	R\$ 151,200
68	268256	GENTAMICINA, DOSAGEM:40 MG/ML, APLICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	400	R\$ 0,969	R\$ 387,600
69	269622	GLICEROL, DOSAGEM:12%, APRESENTAÇÃO:CLISTER - FRASCO COM 500 ML	AMPOLA	300	R\$ 8,571	R\$ 2.571,300
70	442754	GLICLAZIDA, DOSAGEM: 30 MG	COMPRIMIDO	415000	R\$ 0,110	R\$ 45.650,000
71	270019	GLICONATO DE CÁLCIO, DOSAGEM:10%, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	400	R\$ 1,803	R\$ 721,200
72	270092	GLICOSE, CONCENTRAÇÃO:5%, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SISTEMA FECHADO - FRASCO/BOLSA 250 ML	FRASCO/BOLS A	800	R\$ 4,189	R\$ 3.351,200
73	270092	GLICOSE, CONCENTRAÇÃO:5%, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SISTEMA FECHADO - FRASCO/BOLSA 500 ML	FRASCO/BOLS A	4000	R\$ 4,896	R\$ 19.584,000
74	267541	GLICOSE, CONCENTRAÇÃO:50%, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	4300	R\$ 0,493	R\$ 2.119,900





75	292196	HALOPERIDOL, DOSAGEM:5 MG/ML, TIPO USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	550	R\$ 1,760	R\$ 968,000
76	448983	HEPARINA SODICA 5000 UI/0,25 ML SC - AMPOLA	AMPOLA	700	R\$ 5,994	R\$ 4.195,800
77	272796	HEPARINA SÓDICA, DOSAGEM:5.000UI/ML, INDICAÇÃO:INJETÁVEL EV/SC - FRASCO 5 ML	FRASCO-AMPOLA	700	R\$ 14,551	R\$ 10.185,700
78	268115	HIDRALAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM:20 MG/ML, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL- AMPOLA 1 ML	AMPOLA	450	R\$ 5,890	R\$ 2.650,500
79	270219	HIDROCORTISONA SUCCINATO SÓDICO 500MG, APRESENTAÇÃO:INJETÁVEL - FRASCO-AMPOLA	FRASCO-AMPOLA	1700	R\$ 4,753	R\$ 8.080,100
80	270220 / 342135	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 100MG, APRESENTAÇÃO:INJETÁVEL - FRASCO-AMPOLA	FRASCO-AMPOLA	2500	R\$ 3,201	R\$ 8.002,500
81	448616	HIDRÓXIDO DE FERRO III, CONCENTRAÇÃO:20 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	900	R\$ 10,644	R\$ 9.579,600
82	433293	HIDROXIETILAMIDO (HETAMIDO), CONCENTRAÇÃO:SOLUÇÃO À 6%, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:EM SISTEMA FECHADO FRASCO/BOLSA 500 MLL	FRASCO/BOLSA	60	R\$ 31,372	R\$ 1.882,320
83	268469	ISOFLURANO, DOSAGEM: 100 %, APRESENTAÇÃO:ANESTÉSICO INALATÓRIO - FRASCO 100 ML	FRASCO	5	R\$ 198,203	R\$ 991,015
84	273395	ISOSSORBIDA DINITRATO SUBLINGUAL, DOSAGEM: 5 MG	COMPRIMIDO	180	R\$ 0,338	R\$ 60,840
85	268130	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML GOTAS - FRASCO COM 20 ML	FRASCO	2100	R\$ 11,247	R\$ 23.618,700
86	268129	LEVOMEPROMAZINA MALEATO, DOSAGEM: 100 MG	COMPRIMIDO	52000	R\$ 0,593	R\$ 30.836,000
87	268128	LEVOMEPROMAZINA MALEATO, DOSAGEM: 25 MG	COMPRIMIDO	70500	R\$ 0,447	R\$ 31.513,500
88	269843	LIDOCAINA 2% SEM VASOCONSTRICAO 20 ML - FRASCO	FRASCO	900	R\$ 4,017	R\$ 3.615,300
89	269846	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM: 2% -TUBO 30 G	TUBO	750	R\$ 4,691	R\$ 3.518,250



90	269843	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM:2%, APRESENTAÇÃO:INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	600	R\$ 1,156	R\$ 693,600
91	442581	METARAMINOL, CONCENTRAÇÃO:10 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL- AMPOLA 1 ML	AMPOLA	200	R\$ 16,648	R\$ 3.329,600
92	268264	METILERGOMETRINA MALEATO, DOSAGEM:0,2 MG/ML, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	400	R\$ 2,131	R\$ 852,400
93	272320	METILFENIDATO CLORIDRATO, DOSAGEM: 10MG	COMPRIMIDO	2100	R\$ 0,363	R\$ 762,300
94	267310	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, DOSAGEM:5 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	2500	R\$ 0,599	R\$ 1.497,500
95	345259	METOPROLOL, CONCENTRAÇÃO:1 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	350	R\$ 13,877	R\$ 4.856,950
96	268498	METRONIDAZOL, DOSAGEM:5MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO/BOLSA 100 ML	FRASCO/BOLS A	650	R\$ 3,835	R\$ 2.492,750
97	268481	MIDAZOLAM 5 MG/ML 10 ML - AMPOLA	AMPOLA	1350	R\$ 2,514	R\$ 3.393,900
98	304871	MORFINA 10 MG/ML - AMPOLA	AMPOLA	1800	R\$ 2,055	R\$ 3.699,000
99	304872	MORFINA, APRESENTAÇÃO:SULFATO, DOSAGEM:0,2MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL (ESTOJO ESTERILIZADO) - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	700	R\$ 4,701	R\$ 3.290,700
100	440055	MUCOPOLISSACARÍDEO, COMPOSIÇÃO:POLISSULFAT O, CONCENTRAÇÃO:5 MG/G, FORMA FARMACÊUTICA:GEL- TUBO 40 G	TUBO	30	R\$ 15,924	R\$ 477,720
101	272326	NALOXONA CLORIDRATO, DOSAGEM:0,4 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	60	R\$ 5,526	R\$ 331,560
102	273457	NEOSTIGMINA 0,5 MG/ML EV/IM/SC - AMPOLA	AMPOLA	250	R\$ 1,168	R\$ 292,000
103	267728	NIFEDIPINO 10 MG - COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1000	R\$ 0,105	R\$ 105,000



104	291951	NITRATO DE PRATA 1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTÉRIL - FRASCO DE 5 ML (A VALIDADE DO MEDICAMENTO APÓS ABERTO PRECISA SER DE NO MÍNIMO 14 DIAS )	FRASCO	60	R\$ 37,698	R\$ 2.261,880
105	268970	NITROGLICERINA, DOSAGEM:5 MG/ML, APLICAÇÃO:INJETÁVEL - AMPOLA 5 ML	AMPOLA	150	R\$ 35,494	R\$ 5.324,100
106	442584	NOREPINEFRINA, CONCENTRAÇÃO:2 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 4 ML	AMPOLA	1800	R\$ 1,531	R\$ 2.755,800
107	268277	OCITOCINA, DOSAGEM:5 UI/ML, INDICAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	3700	R\$ 3,218	R\$ 11.906,600
108	268160	OMEPRAZOL 40 MG EV - FRASCO	FRASCO	3300	R\$ 7,483	R\$ 24.693,900
109	268504	ONDANSETRONA CLORIDRATO, DOSAGEM:2 MG/ML, INDICAÇÃO:INJETÁVEL- AMPOLA 4 ML	AMPOLA	1800	R\$ 0,955	R\$ 1.719,000
110	273940	PAROXETINA CLORIDRATO, DOSAGEM: 20 MG	COMPRIMIDO	560500	R\$ 0,186	R\$ 104.253,000
111	273952	PROGESTERONA, DOSAGEM:200 MG	CÁPSULA	168	R\$ 2,619	R\$ 439,992
112	267769	PROMETAZINA CLORIDRATO, DOSAGEM:25 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	1100	R\$ 2,883	R\$ 3.171,300
113	305935	PROPOFOL, DOSAGEM:10 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:EMULSÃO INJETÁVEL - FRASCO/AMPOLA 20 MI	FRASCO/ AMPOLA	600	R\$ 8,599	R\$ 5.159,400
114	274918	RETINOL, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADO C/AMINOÁCIDOS+ METIONINA+ CLORANFENICOL, CONCENTRAÇÃO:10.000UI + 25MG + 5MG + 5MG/G, APLICAÇÃO:POMADA OFTÁLMICA - TUBO COM 3,5 G	TUBO	80	R\$ 12,075	R\$ 966,000
115	303292	RINGER, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADO COM LACTATO DE SÓDIO, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:SISTEMA FECHADO - FRASCO/BOLSA 500 ML	FRASCO/ BOLSA	1000	R\$ 5,222	R\$ 5.222,000



116	272839	RISPERIDONA, DOSAGEM: 1 MG	COMPRIMIDO	143000	R\$ 0,100	R\$ 14.300,000
117	268149	RISPERIDONA, DOSAGEM:2 MG	COMPRIMIDO	232000	R\$ 0,111	R\$ 25.752,000
118	268521	ROCURONIO 10 MG/ML - FRA 5 ML	FRASCO - AMPOLA /AMPOLA	300	R\$ 9,444	R\$ 2.833,200
119	269470	ROPIVACAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM:0,75%, APRESENTAÇÃO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - FRASCO/AMPOLA 20 ML	FRASCO - AMPOLA /AMPOLA	30	R\$ 14,078	R\$ 422,340
120	272365	SERTRALINA CLORIDRATO, DOSAGEM:50MG	COMPRIMIDO	1053000	R\$ 0,105	R\$ 110.565,000
121	412965/ 412966	SIMETICONA, CONCENTRAÇÃO:75 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO ORAL - GOTAS - FRASCO 10 ML	FRASCO	400	R\$ 1,275	R\$ 510,000
122	412963	SIMETICONA, DOSAGEM:40 MG	COMPRIMIDO	2500	R\$ 0,096	R\$ 240,000
123	268076	SULFATO DE MAGNÉSIO, CONCENTRAÇÃO:10%, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	400	R\$ 0,925	R\$ 370,000
124	268075	SULFATO DE MAGNÉSIO, CONCENTRAÇÃO:50%, USO:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML	AMPOLA	400	R\$ 5,548	R\$ 2.219,200
125	268442	SUXAMETÔNIO CLORETO, DOSAGEM:100 MG, INDICAÇÃO:INJETÁVEL - FRASCO-AMPOLA	FRASCO - AMPOLA	200	R\$ 18,761	R\$ 3.752,200
126	269818	TERBUTALINA SULFATO, DOSAGEM:0,5 MG/ML, APRESENTAÇÃO:INJETÁVEL - AMPOLA 1 ML	AMPOLA	1500	R\$ 1,220	R\$ 1.830,000
127	396853	TETRACAÍNA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA À FENILEFRINA, CONCENTRAÇÃO:1% + 0,1%, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO 10 ML	FRASCO	25	R\$ 19,353	R\$ 483,825
128	292382	TRAMADOL CLORIDRATO, DOSAGEM:50 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	8900	R\$ 1,082	R\$ 9.629,800
129	399414	VITAMINA A+D - SOLUÇÃO ORAL 50.000 UI/ML (VITAMINA A /RETINOL) + 10.000 UI/ML (VITAMINA D/COLECALCIFEROL). FRASCO GOTEJADOR NO MÍNIMO 10 ML	FRASCO GOTEJADOR	1600	R\$ 4,727	R\$ 7.563,200



130	274567/ 363088	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA: B1 + B6 + B12, USO: SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	AMPOLA	3000	R\$ 0,992	R\$ 2.976,000
131	437109	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA: B1, B2, B3, B5, B6, B12 COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	147500	R\$ 0,036	R\$ 5.310,000
132	340482	ODOPOVIDONA (PVPI) 2,5% SOLUÇÃO (polivinil pirrolidona) OFTÁLMICA ESTÉRIL - FRASCO COM 5 ML	FRASCO	60	R\$ 31,016	R\$ 1.860,960
133	328529	VALPROATO DE SÓDIO 288 MG (EQUIVALENTE A 250 MG DE ÁCIDO VALPRÓICO)	CÁPSULA	97000	R\$ 0,288	R\$ 27.936,000
134	267657	FENITOÍNA 100 MG	COMPRIMIDO	23000	R\$ 0,156	R\$ 3.588,000
135	267660	FENOBARBITAL 100 MG	COMPRIMIDO	32500	R\$ 0,157	R\$ 5.102,500
136	271217	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG	COMPRIMIDO	51500	R\$ 0,987	R\$ 50.830,500
137	448841	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG + 12,5 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 75 ML	FRASCO	745	R\$ 12,039	R\$ 8.969,055
138	335091	ACETILCISTEINA 100MG/ML AMP 3ML	AMPOLA	500	R\$ 3,628	R\$ 1.814,000
139	296120	CLORIDRATO DE OXIBUPROCAÍNA 0,4% FRASCO COM 10 ML	FRASCO	40	R\$ 16,177	R\$ 647,080
						R\$ 1.117.441,10

## VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Elaboração de um processo licitatório para aquisição parcelada na modalidade “Pregão Eletrônico”, através do sistema de registro de preços, menor preço por item, de medicamentos hospitalares, da atenção básica e saúde mental, que serão utilizados em urgência e emergência, em pacientes internados e também distribuídos à população. A Ata de Registro de Preços para aquisição dos itens deverá ser de 12 (doze) meses e os pedidos serão conforme as necessidades dos setores envolvidos.

Trata-se de objeto de natureza comum por possuírem descritivos, padrões e qualidades que atendem restritamente as características técnicas e funcionais da necessidade essencial a ser suprida por esta Administração, justificando-se a adoção do pregão, no formato eletrônico.

## VIII– JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) NA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO.

É necessária a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), com fornecimento de forma parcelada, pois as aquisições serão realizadas conforme a demanda, a qual possui variação ao longo do ano, não sendo possível mensurar a quantidade exata necessária, sob o risco de realizar aquisição aquém da necessidade dentro do exercício financeiro.

O SRP também é um instrumento eficaz de controle de gastos, uma vez que visa o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia em escala, além de garantir qualidade dos produtos ofertados e a



manutenção dos preços, pelo período de 12 (doze) meses. A licitação será por itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

A Prefeitura Municipal da Lapa não se obriga a adquirir dos licitantes vencedores os itens re-lacionados, nem as quantidades indicadas no quadro de especificações, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, conforme disposto no artigo 83 da Lei nº 14.133/2021.

O objeto está sujeito a fornecimento contínuo, uma vez que os medicamentos são distribuídos de forma regular e ininterrupta a todas as Unidades de Saúde, em todos os níveis de atenção. Os medicamentos da atenção básica são distribuídos para a população e os hospitalares para uso interno nas Unidades de Saúde, na Maternidade e na Unidade de Pronto Atendimento Municipal, garantindo a continuidade e a qualidade do atendimento prestado aos usuários dos serviços de saúde. Sendo assim, há possibilidade de prorrogação tanto da ata de registro de preços como renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original, nos termos do Decreto Municipal 26.815 de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal 28.994 de 15 de agosto de 2025.

#### **IX – RESULTADOS PRETENDIDOS**

Espera-se contratar os itens descritos neste ETP pelo menor preço, até o limite do preço unitário máximo estimado, com a qualidade, especificações e exigências descritas no Termo de Referência. Pretende-se ainda obter um mecanismo ágil e seguro para realização das aquisições de medicamentos de forma parcelada, com vista a garantir a manutenção do fornecimento de insumos imprescindíveis para os atendimentos diários das Unidades Hospitalares, Pré-hospitalares, Farmácia Municipal e demais Unidades de Saúde do Município, os quais são de extrema importância para as ações médicas.

#### **X – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Análise deste ETP e elaboração dos demais documentos necessários atendendo a Lei nº

14.133/2021:

- Elaboração do Termo de Referência;
- Autorização da continuidade deste processo;
- Não há providências a serem adotadas, após a contratação, para o objeto em questão, nem necessidade de adequação da estrutura física do local que receberá os bens.

#### **XI – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

A aquisição dos medicamentos no município se dá por licitação própria e também através do convênio com o Consórcio Intergestores Paraná Saúde. Isso ocorre pois o elenco de medicamentos aprovado no Consórcio não contempla todos os itens presentes na REMUME do Município da Lapa. Os itens 5, 14, 24, 35, 36, 37, 43, 48, 66, 70, 75, 76, 84, 89, 94, 112, 133, 134, 135, 136 e 137 relacionados neste processo de aquisição, constam também do elenco do Consórcio Paraná Saúde, entretanto somente serão adquiridos deste processo se o preço for mais vantajoso ao Município ou se houver indisponibilidade por parte do Consórcio.

Os itens 8, 12, 22, 51, 62, 89, 108 foram malsucedidos no PE 28/2024 e estão disponíveis através do pregão 23/2025, um pregão reduzido, de medicamentos fracassados. Devido ao histórico de insucesso desses itens, os mesmos foram mantidos neste processo e será adquirido àquele que o valor for mais vantajoso.

O registro de preços se faz necessário pois trata-se de medicamentos essenciais para o funcionamento de todas as unidades básicas e hospitalares e por isso, fundamentais para a continuidade dos serviços, sendo o registro de preços uma ação de retaguarda para que não ocorra o desabastecimento. O planejamento do quantitativo é baseado em dados reais de consumo, por-tanto, existe alinhamento entre contratação e o planejamento.





## XII - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação por se tratar de “produtos farmacêuticos, elaborados e obtidos tecnicamente, com rigoroso controle técnico, com a finalidade de prevenir, curar doenças ou aliviar seus sintomas, conforme especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)”.

De acordo com a norma brasileira, os serviços de saúde são os responsáveis pelo correto gerenciamento de todos os resíduos dos serviços de saúde (RSS) por eles gerados, tendo o dever de atender às normas e exigências legais, desde o momento de sua produção até a sua destinação final.

Ressalta-se que atendendo as exigências legais a Prefeitura da Lapa faz o descarte adequado dos medicamentos com Empresa Especializada TRANSRESÍDUOS AMBIENTAL S.A., para prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), classes “B” (químicos) e “E” (perfuro cortantes), segundo classificação da RDC 306/ANVISA.

Segundo o Art. 18 seção XII da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, entende-se que não é obrigatória a exigência de que o contratado tenha um programa de logística reversa e considerando a sustentabilidade um processo que está em avanço gradativo, a exigência de certificações, laudos técnicos e documentos comprobatórios, neste momento, podem acabar comprometendo a competitividade do certame. Caso durante a execução do contrato haja a criação de uma lei que obrigue as Indústrias Farmacêuticas e Distribuidoras de medicamentos a ter um programa de logística reversa, as contratadas terão que se adequar.

## XIII – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

De acordo com as informações levantadas ao longo do estudo técnico preliminar, e considerando que a aquisição é conforme as reais necessidades dos setores envolvidos, com fornecimento do medicamento ofertado em entregas parceladas durante 12 (doze) meses, entende-se que a presente contratação se mostra VIÁVEL tecnicamente e necessária para atender a demanda existente, os benefícios são adequados, os custos previstos são compatíveis e os riscos envolvidos são administráveis.

Lapa, 05 de janeiro de 2026.

**Eliza Carrano Pierin Ramos**

Servidor Responsável ou Equipe de Planejamento

Aprovo o ETP constante no Processo Nº:

**Giovanne Colaço Horning**

Secretário Municipal de Saúde



## **ANEXO II**

### **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, exclusivamente via sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e de documentos:

**1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo SICAF, no portal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, e os documentos abaixo descritos, salvo os que já estejam contemplados e válidos no referido certificado:

#### **1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1.2.1 Cédula de Identidade, no caso de pessoa física;

1.2.2 Registro comercial, no caso de empresa individual;

1.2.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.2.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

1.2.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

1.2.6 Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

#### **1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

1.3.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

1.3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.3.3 Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

1.3.4 Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

1.3.5 Prova de regularidade perante a Fazenda estadual;

1.3.6 Prova de regularidade perante a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

1.3.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal nº 12.440/2011;

1.3.8 Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e demais declarações conforme Anexo V.

#### **1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**1.4.1** para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;



#### **1.4.2. DO BALANÇO PATRIMONIAL.**

##### **1.4.2.1. Não exigido para o processo em questão, com base no previsto no artigo 69, da Lei 14.133./2021:**

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

- I- Balanço patrimonial.
- II- Certidão negativa de feitos sobre falência e recuperação judicial.

Obs: Note-se que o segmento do texto, **será restrita**, não fixa a obrigatoriedade da exigência, devendo o agente competente analisar o caso concreto. O que não se vislumbra na contratação em questão. Também, cabe ao órgão licitante avaliar a proporcionalidade da exigência, o que não se parece condizente, tendo em vista a complexidade e o vulto desta licitação.

##### **Ainda, em respeito ao previsto no art. 37 da Constituição Federal, Artigo 37, Inciso XXI.**

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

**OBS: Para as empresas que optarem por participar através de filial, deverão ser apresentadas as certidões negativas de ambos os CNPJ's para com o cartório distribuidor da comarca onde se encontram instaladas a matriz e a filial.**

#### **1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

1.5.1. Certificado de regularidade da empresa licitante expedido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF), indicando o responsável técnico com seu número de CRF, nos casos em que couber;

1.5.2. Licença Sanitária da empresa licitante, expedida pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, renovada anualmente, dentro do seu prazo de validade. Nos locais onde não seja emitido o documento acima, as empresas deverão apresentar cópia do deferimento publicado no Diário Oficial.

1.5.3. Autorização Especial de Funcionamento ou cópia legível da sua publicação em Diário Oficial da União da licitante, para comercialização de medicamentos sujeitos a controle especial (psicotrópicos e entorpecentes).

1.5.4. Todos os itens deverão estar de acordo com as legislações vigentes e com as especificações descritas no Termo de Referência, além de, obrigatoriamente, possuírem registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou Ministério da Saúde,



quando for o caso. O número completo de registro do produto deverá corresponder àquele concedido pelo Ministério da Saúde para a embalagem e a forma farmacêutica cotada. Para os produtos isentos de registro, deverá ser apresentada documentação comprobatória dessa condição.

## **1.6 DECLARAÇÕES CONFORME ANEXO V.**

## **1.7 DECLARAÇÃO LGPD CONFORME ANEXO VIII.**

### **1.8 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**, se for o caso:

**1.8.1 Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 (**ANEXO VII**);

**1.8.2** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**1.8.2.1** A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

**1.9** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**1.10.** Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**1.11.** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

**1.12** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz).



**ANEXO III  
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx Ano: xxx**

**DADOS DO FORNECEDOR**

Fornecedor:			
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :		
Endereço :			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:		
e-mail:			
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de **OBJETO**, para atender ao(à) **ÓRGÃO/ENTIDADE**.

**1. Especificações técnicas:**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN	QTD.	VALOR UNITÁRIO OFERTADO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR TOTAL MÁXIMO DESTE PREGÃO:						

**OBS: Todas as especificações do Termo de Referência, descritivo do objeto, prazo de entrega, prazo de pagamento são fixas e irrevogáveis.**

**2.** A validade da proposta é de **120(cento e vinte) dias**.

**3.** A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

**4.** O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa.

**5.** O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

**6.** O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

**7.** O arrematante declara estar ciente e de acordo com todas as condições e exigências do edital e todos os seus anexos.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal



**ANEXO IV**

**MODELO DE PROCURAÇÃO<sup>1</sup>**

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, nº XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX, e do CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, nº XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico nº XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

---

OUTORGANTE

Obs: Ao optar pela assinatura digital, atentar para enviar o documento original que permita a verificação da autenticidade.





## **ANEXO V**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO** (timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

#### **1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial:

**1.1** Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**1.2.** Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

#### **2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

#### **3. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

#### **4. DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Que durante a vigência do contrato, tem conhecimento de que é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta colateral ou por afinidade, até o 3º grau de dirigente do órgão ou entidade contratante ou agente público que desempenhe função na licitação, ou atue na fiscalização ou gestão do contrato.

#### **5. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Que atende a todos os requisitos de habilitação definidos no edital e que responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei.

Local e data.

---

**Nome do representante legal**



**ANEXO VI**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../2026**

O MUNICÍPIO DA LAPA, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.020.452/0001-05, com sede administrativa na cidade da Lapa, Estado do Paraná, na Praça Mirazinha Braga, nº 87, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Saúde (nomeado pelo Decreto Municipal nº 28430, de 06.02.2025 e conforme o Decreto Municipal nº 26.815/2023, de 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING, brasileiro, casado, Funcionário Público, portador da CIRG nº 80206658 SESP/PR e inscrito no CPF sob nº 030.914.529-56, residente e domiciliado na Rua Vereador Oswaldo Montenegro, 551, Dom Pedro II, Lapa/PR, CEP 83.752-106, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, sujeitando-se as partes às normas constantes nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Federal Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Municipal nº 4.018 de 21 de outubro de 2022, do Decreto Municipal nº 26.815, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 21.237, art. 5º, inciso IV, de 24 de março de 2015, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 (Sicaf Digital), considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., Processo Digital n.º 441/2026, RESOLVE registrar os preços oferecidos pela Empresa, classificada em 1º lugar atendendo as condições previstas no Edital de licitação, (nome empresa), estabelecida à ....., nº ....., ....., CEP ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., telefone (...) ....., e-mail....., aqui representada por seu ....., Sr. ...., ..... portador da CIRG nº ..... e inscrita no CPF nº ....., residente e domiciliado à ....., CEP ....., doravante denominada FORNECEDOR, e em conformidade com as disposições a seguir:

**DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de medicamentos hospitalares da Atenção Básica e Saúde Mental para suprir as necessidades de atendimento das unidades hospitalares, pré-hospitalares, farmácia municipal e demais unidades de saúde da Prefeitura Municipal da Lapa, conforme especificações que constam do Termo de Referência.– ANEXO I, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

**ITEM**

ITEM	CÓDIGO IPM	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MÉDIA	PREÇO TOTAL	PADRONIZAÇÃO

2.2. O valor global do objeto é de R\$ ( ), sendo os valores por item os discriminados no item 2.1 desta ata.

2.3. Sustentabilidade



2.3.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação por se tratar de produtos farmacêuticos, elaborados e obtidos tecnicamente, com rigoroso controle técnico, com a finalidade de prevenir, curar doenças ou aliviar seus sintomas, conforme especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). De acordo com a norma brasileira, os serviços de saúde são os responsáveis pelo correto gerenciamento de todos os resíduos dos serviços de saúde (RSS) por eles gerados, tendo o dever de atender às normas e exigências legais, desde o momento de sua produção até a sua destinação final. Ressalta-se que atendendo as exigências legais a Prefeitura da Lapa faz o descarte adequado dos medicamentos com Empresa Especializada TRANSRESÍDUOS AMBIENTAL S.A., para prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), classes “B” (químicos) e “E” (perfuro cortantes), segundo classificação da RDC 306/ANVISA. Segundo o Art. 18 seção XII da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, entende-se que não é obrigatória a exigência de que o contratado tenha um programa de logística reversa e considerando a sustentabilidade um processo que está em avanço gradativo, a exigência de certificações, laudos técnicos e documentos comprobatórios, neste momento, podem acabar comprometendo a competitividade do certame. Caso durante a execução do contrato haja a criação de uma lei que obrigue as Indústrias Farmacêuticas e Distribuidoras de medicamentos a ter um programa de logística reversa, as contratadas terão que se adequar.

**2.4.** Exigências para os processos licitatórios para aquisição de medicamentos e materiais médicos hospitalares.

**2.4.1.** Referente ao envio e preenchimento de notas fiscais pelos fornecedores: A partir do dia 22 de maio de 2019 passou a ser obrigatório o atendimento as exigências da RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2019 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, onde é orientado que nas aquisições e no recebimento de medicamentos e produtos farmacêuticos deverá ser observado: i) se os fornecedores preencheram adequadamente o código GTIN e os campos dos grupos l80 e k das notas fiscais eletrônicas correspondentes; e ii) como consequência, a obrigatoriedade de que, quando da entrega dos bens adquiridos o fornecedor comprove, mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos na Nota Fiscal Eletrônica – NF – e, modelo 55. Desta forma, solicitamos que o fornecedor nos envie, antes mesmo da entrega dos itens, a cópia da DANFE gerada e também o arquivo XML da Nota Fiscal para o seguinte e-mail: [assistenciafarmaceuticalapa@gmail.com](mailto:assistenciafarmaceuticalapa@gmail.com)

**2.4.2.** Utilização do Código BR: Conforme recomendação administrativa nº 011/2019 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná (MPC-PR), é necessário replicar o número do Código BR (conforme quadro de especificações técnicas) ao lado de cada medicamento constante no Edital de Licitação, e não somente na requisição de compras. Nesta mesma recomendação administrativa o MPC-PR solicita que seja designado uma Comissão de Recebimento de Materiais, composta por, no mínimo, três servidores efetivos, fazendo constar a nomeação dos responsáveis no respectivo edital de licitação. Para isso foi criado o Decreto Municipal nº 24.159 de 16 de Julho de 2019 o criando a Comissão Permanente de Recebimento e Controle de Qualidade de Medicamentos e Materiais Médicos Hospitalares, independentemente do valor financeiro (ANEXO 03), o Decreto 26054 de 24 de maio de 2022 (ANEXO 04), a Portaria nº 005 de 16 de Julho de 2019 e a Portaria 15 de 18 de maio de 2022 nomeando os membros para compor a referida Comissão.

**2.4.3.** Referente ao imposto de renda de pessoas jurídicas: O imposto de renda de pessoas jurídicas ocorrerá na fonte tanto para bens, quanto prestação de serviços, conforme Instrução Normativa nº 1.234 de 2012 da Receita Federal do Brasil.

## **2.5. CONDIÇÕES DE ENTREGA**



2.5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias úteis, contados a partir do pedido ser comunicado à empresa vencedora pelo setor de compras (ordem de compras) em remessa única.

2.5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

## **2.6. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**2.6.1.** Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), localizada na Treze de Maio, nº 1023 – centro, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e recessos municipais, no horário das 08:00 às 11:45 horas e das 13:30 às 16:00 horas. Qualquer entrega fora desse horário poderá não ser recebida. O recebimento dos medicamentos e materiais se dará por funcionários designados através da Comissão de Recebimento e Controle de Qualidade de Materiais conforme Portaria nº 005 de 16 de Julho de 2019 e a Portaria 15 de 18 de maio de 2022.

**2.6.2.** Mecanismos formais, em meio físico ou digital, de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre o contratante e a contratada.

**2.6.3.** Durante a execução do contrato, em caso de dúvidas sobre os itens, pedidos de prorrogação no prazo de entrega, comunicação de falta no mercado, solicitações de trocas de marca ou realinhamentos de preço e situações similares, entrar em contato com o gestor (através do e-mail [assistenciafarmaceuticalapa@gmail.com](mailto:assistenciafarmaceuticalapa@gmail.com) ou telefone 41 3547-8035), que irá passar as devidas orientações e tomar as providências necessárias.

**2.6.4.** A Contratada deverá manter o e-mail e o telefone (dados de contato) sempre atualizados.

## **2.7. COMISSÃO DE RECEBIMENTO**

2.7.1. O recebimento provisório e definitivo dos medicamentos se dará atendendo as exigências do Decreto nº 24159 de 16 de Julho de 2019 e Decreto 26054 de 24 de maio de 2022;

2.7.2. Os profissionais autorizados a realizar o recebimento provisório são a gestora de contrato ou qualquer funcionário lotado na central de abastecimento farmacêutico (CAF);

2.7.3. Já o recebimento definitivo se dará pelos membros da comissão de recebimento e controle de qualidade de medicamentos e materiais médico hospitalares, nomeados através da Portaria nº 005 de 16 de julho de 2019 e Portaria nº 15 de 18 de maio de 2022:

- Rafaela Bernaski Meira Hoffmann – Presidente da Comissão.
- Marina Corrêa Santos das Neves – Fiscal de Recebimento.
- Rita Cassiana Torres Opolis – Fiscal de Recebimento.
- Cesar de Souza Moraes – Fiscal de Recebimento.

## **2.8. RECEBIMENTO DO OBJETO**

2.8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

2.8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na pro-



posta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

2.8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

2.8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

2.8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

2.8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

2.8.8. No momento da entrega, os medicamentos deverão possuir, no mínimo, 75% do seu prazo total de validade ainda vigente, não se admitindo entrega com prazo inferior a 12 meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente não sejam utilizadas dentro do prazo de validade. O pedido de aceite de validade menor deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do Gestor ou fiscal do Contrato antes que ocorra a entrega. O Pedido deve estar acompanhado de documentação comprobatória.

2.8.9. Todas as notas fiscais deverão conter obrigatoriamente: a Denominação Comum Brasileira do Produto (DCB) ou a descrição do material, o número de lote e a validade do produto, o número do empenho e o endereço de entrega

2.8.10. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

2.8.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com as legislações dos Órgãos Competentes e do Código de Defesa do Consumidor.

2.8.12. As embalagens primárias e/ou secundárias dos medicamentos devem apresentar a inscrição "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével, de forma a coibir possíveis desvios de medicamentos.

2.8.13. Todas as embalagens dos medicamentos devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

2.8.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Não serão aceitos medicamentos fora de suas embalagens originais.

2.8.15. Nas notas fiscais deverá vir discriminado o quantitativo entregue de cada lote de todos os produtos entregues, conforme Portaria nº 802/98. Será permitida a entrega de no máximo 04 lotes





de cada produto. Não havendo essa possibilidade, a empresa deverá solicitar autorização prévia à entrega ao gestor do contrato.

2.8.16. As embalagens primárias individuais dos medicamentos (ampolas, blisters, frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação, prazo de validade e concentração.

2.8.17. A licitante fica ciente de que se houver incompatibilidade de suas informações, com as características apresentadas pelos produtos estará sujeita às sanções previstas na legislação vigente e a não substituição pelo produto adequado será considerada como recusa de entrega.

2.8.18. Os produtos acondicionados em frascos de vidro ou bisnagas que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias resistentes, a fim de evitar a quebra e dano dos produtos durante o transporte.

2.8.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre de segurança, com características de rompimento irrecuperável, na embalagem primária e secundária do produto.

2.8.20. Em caso de quebra de frasco (s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos produtos, sem qualquer ônus para a Administração Pública.

2.8.21. A fim de evitar transtornos durante o contrato, exigimos que as empresas ganhadoras solicitem troca de marca do produto, apenas quando puderem comprovar a falta do produto no mercado ou a interrupção na fabricação por motivos específicos, comprovados por meio de documento do fabricante (por exemplo: falta de matéria-prima). Para análise jurídica da troca de marca exigimos a comprovação do custo da marca de contrato e da marca proposta e da qualidade da marca proposta.

## **2.9. DO TRANSPORTE DOS PRODUTOS**

2.9.1. O transporte dos produtos deverá ser feito por empresas habilitadas, dentro de condições que assegurem a qualidade dos mesmos, por meio do controle adequado durante o transporte e armazenagem em trânsito, garantindo que estejam devidamente protegidos quanto a pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles de temperatura devem ser apropriados para garantir a integridade do produto.

2.9.2. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

2.9.3. O acondicionamento e o transporte dos produtos devem ser feito dentro do preconizado para os mesmos, obedecendo as condições de empilhamento máximo das caixas estabelecidas pelo fabricante, a fim de evitar avarias dos produtos.

### **ÓRGÃO GERENCIADOR**

3.1. O órgão gerenciador é O MUNICÍPIO DA LAPA, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Saúde Sr. GIOVANNE COLAÇO HORNING.

3.2. Não haverá órgão participante.

### **DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

4.1. Referente ao Gestor de Contrato:





4.1.1. A Gestora da Ata será: SRA. ELIZA CARRANO PIERIN RAMOS, matrícula 10288, telefone 41 ....., e-mail....., conforme Portaria 94 de 04 de dezembro de 2020 da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

4.1.2. analisar a documentação que antecede o pagamento;

4.1.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

4.1.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

4.1.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

4.1.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

4.1.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

4.1.8. Demais atribuições na Seção V, Art. 28 e 29 do Decreto nº 26.815 de 31 de março de 2023.

4.2. Referente ao Fiscal do Contrato:

4.2.1. A Fiscal da Ata será: SRA. MARINA CORREA SANTOS DAS NEVES, matrícula 5145, telefone (41)....., e-mail ....., conforme Portaria 94 de 04 de dezembro de 2020 da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social e suplente de fiscal SRA. RITA CASSIANA TORRES OPOLIS, matrícula ....., telefone (41)....., e-mail ....., conforme Portaria 94 de 04 de dezembro de 2020 da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social

4.2.2. O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

4.2.3. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens;

4.2.4. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições;

4.2.5. receber designação e manter contato com o preposto da contratada e, se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens;

4.2.6. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

4.2.7. verificar a correta aplicação dos materiais;

4.2.8. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido da promoção de controle de qualidade dos bens a serem adquiridos;

4.2.9. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

4.2.10. propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade;

4.2.11. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.2.12. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defei-



tos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

4.2.13. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.14. Demais atribuições na Seção VI, Art. 30 e 31 do Decreto nº 26.815 de 31 de março de 2023.

### **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

### **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

6.1. O prazo de validade da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos (Art. 194 § 1º do Decreto Municipal nº 26815 de 31 de março de 2023).

6.1.1. Os contratos que vierem a ser celebrados com fundamento na Ata de Registro de Preços terão vigência de 12(doze) meses, podendo ultrapassar o prazo de vigência da Ata, desde que:

a) a contratação ocorra durante a vigência da Ata;

b) a vigência contratual observe os prazos e condições estabelecidos nos artigos 105 a 112 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. Na hipótese da prorrogação da vigência inicial da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original, nos termos do Decreto Municipal 26.815 de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal 28.994 de 15 de agosto de 2025.

6.1.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de vigência da ata de registro de preços.

6.2.2. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



6.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

### **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.1.3.3. Os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços estarão previstos no instrumento contratual.

### **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar o instrumento contratual, a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

### **DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas neste instrumento.

10.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei); multa compensatória de 0,5% a 5%.
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); multa compensatória de 5% a 30%.
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei); multa compensatória de 15% a 30%.





iv)

**Multa:**

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias de atraso.

(a) O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) compensatória de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

### **CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Lapa, ..... de .....de.....

Assinaturas

\_\_\_\_\_  
GIOVANNE COLAÇO HORNING  
Secretário Municipal de Saúde  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
(nome representante)  
(nome Empresa)  
Representante legal do Fornecedor Registrado

\_\_\_\_\_  
ELIZA CARRANO PIERIN RAMOS  
Gestor da Ata de Registro de Preços

\_\_\_\_\_  
MARINA CORREA SANTOS DAS NEVES  
Fiscal da Ata de Registro de Preços

\_\_\_\_\_  
RITA CASSIANA TORRES OPOLIS  
Suplente de Fiscal da Ata de Registro de Preços

### **ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA (conforme anexo I do edital)**





**MINUTA DE CONTRATO**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº ...../2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DA LAPA/PR, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E A EMPRESA.....**

O MUNICÍPIO DA LAPA, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.020.452/0001-05, com sede administrativa na cidade da Lapa, Estado do Paraná, na Praça Mirazinha Braga, nº 87, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Saúde (nomeado pelo Decreto Municipal nº 28430, de 06.02.2025 e conforme o Decreto Municipal nº 26.815/2023, de 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING, brasileiro, casado, Funcionário Público, portador da CIRG nº 80206658 SESP/PR e inscrito no CPF sob nº 030.914.529-56, residente e domiciliado na Rua Vereador Oswaldo Montenegro, 551, Dom Pedro II, Lapa/PR, CEP 83.752-106, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Digital nº 441/2026 e em observância às disposições nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Federal Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Municipal nº 4.018 de 21 de outubro de 2022, do Decreto Municipal nº 26.815, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 21.237, art. 5º, inciso IV, de 24 de março de 2015, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 (Sicaf Digital), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., que originou a Ata de Registro de Preços nº .../2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1 O objeto do presente instrumento é a aquisição de medicamentos hospitalares da Atenção Básica e Saúde Mental para suprir as necessidades de atendimento das unidades hospitalares, pré-hospitalares, farmácia municipal e demais unidades de saúde da Prefeitura Municipal da Lapa, conforme especificações que constam do Termo de Referência.– ANEXO I.

2 Objeto da contratação:

**ITEM**

ITEM	CÓDIGO IPM	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MÉDIA	PREÇO TOTAL	PADRONIZAÇÃO

3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação no PNCP, podendo ser prorrogado nos termos dos da Lei 14.133.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

1 Sustentabilidade

3.1.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação por se tratar de produtos farmacêuticos, elaborados e obtidos tecnicamente, com rigoroso controle técnico, com a finalidade de prevenir, curar doenças ou aliviar seus sintomas, conforme especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). De acordo com a norma brasileira, os serviços de saúde são os responsáveis pelo correto gerenciamento de todos os resíduos dos serviços de saúde (RSS) por eles gerados, tendo o dever de atender às normas e exigências legais, desde o momento de sua produção até a sua destinação final. Ressalta-se que atendendo as exigências legais a Prefeitura da Lapa faz o descarte adequado dos medicamentos com Empresa Especializada TRANSRESÍDUOS AMBIENTAL S.A., para prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), classes “B” (químicos) e “E” (perfuro cortantes), segundo classificação da RDC 306/ANVISA. Segundo o Art. 18 seção XII da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, entende-se que não é obrigatória a exigência de que o contratado tenha um programa de logística reversa e considerando a sustentabilidade um processo que está em avanço gradativo, a exigência de certificações, laudos técnicos e documentos comprobatórios, neste momento, podem acabar comprometendo a competitividade do certame. Caso durante a execução do contrato haja a criação de uma lei que obrigue as Indústrias Farmacêuticas e Distribuidoras de medicamentos a ter um programa de logística reversa, as contratadas terão que se adequar.

2 Exigências para os processos licitatórios para aquisição de medicamentos e materiais médicos hospitalares.

3.2.1. Referente ao envio e preenchimento de notas fiscais pelos fornecedores: A partir do dia 22 de maio de 2019 passou a ser obrigatório o atendimento as exigências da RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2019 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, onde é orientado que nas aquisições e no recebimento de medicamentos e produtos farmacêuticos deverá ser observado: i) se os fornecedores preencheram adequadamente o código GTIN e os campos dos grupos l80 e k das notas fiscais eletrônicas correspondentes; e ii) como consequência, a obrigatoriedade de que, quando da entrega dos bens adquiridos o fornecedor comprove, mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos na Nota Fiscal Eletrônica – NF – e, modelo 55. Desta forma, solicitamos que o fornecedor nos envie, antes mesmo da entrega dos itens, a cópia da DANFE gerada e também o arquivo XML da Nota Fiscal para o seguinte e-mail: [assistenciafarmaceuticalapa@gmail.com](mailto:assistenciafarmaceuticalapa@gmail.com)

3.2.2. Utilização do Código BR: Conforme recomendação administrativa nº 011/2019 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná (MPC-PR), é necessário replicar o número do Código BR (conforme quadro de especificações técnicas) ao lado de cada medicamento constante no Edital de Licitação, e não somente na requisição de compras. Nesta mesma recomendação administrativa o MPC-PR solicita que seja designado uma Comissão de Recebimento de Materiais, composta por, no mínimo, três servidores efetivos, fazendo constar a nomeação dos responsáveis no respectivo edital de licitação. Para isso foi criado o Decreto Municipal nº 24.159 de 16 de Julho de 2019 o criando a Comissão Permanente de Recebimento e Controle de Qualidade de Medicamentos e Materiais Médicos Hospitalares, independentemente do valor financeiro (ANEXO 03), o Decreto



26054 de 24 de maio de 2022 (ANEXO 04), a Portaria nº 005 de 16 de Julho de 2019 e a Portaria 15 de 18 de maio de 2022 nomeando os membros para compor a referida Comissão.

3.2.3. Referente ao imposto de renda de pessoas jurídicas: O imposto de renda de pessoas jurídicas ocorrerá na fonte tanto para bens, quanto prestação de serviços, conforme Instrução Normativa nº 1.234 de 2012 da Receita Federal do Brasil (ANEXOS 07, 08 e 09).

### **3 CONDIÇÕES DE ENTREGA**

3.3.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias úteis, contados a partir do pedido ser comunicado à empresa vencedora pelo setor de compras (ordem de compras) em remessa única.

3.3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

### **4 INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

3.4.1. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), localizada na Treze de Maio, nº 1023 – centro, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e recessos municipais, no horário das 08:00 às 11:45 horas e das 13:30 às 16:00 horas. Qualquer entrega fora desse horário poderá não ser recebida. O recebimento dos medicamentos e materiais se dará por funcionários designados através da Comissão de Recebimento e Controle de Qualidade de Materiais conforme Portaria nº 005 de 16 de Julho de 2019 e a Portaria 15 de 18 de maio de 2022.

3.4.2. Mecanismos formais, em meio físico ou digital, de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre o contratante e a contratada.

3.4.3. Durante a execução do contrato, em caso de dúvidas sobre os itens, pedidos de prorrogação no prazo de entrega, comunicação de falta no mercado, solicitações de trocas de marca ou realinhamentos de preço e situações similares, entrar em contato com o gestor (através do e-mail [assistenciafarmaceuticalapa@gmail.com](mailto:assistenciafarmaceuticalapa@gmail.com) ou telefone 41 3547-8035), que irá passar as devidas orientações e tomar as providências necessárias.

3.4.4. A Contratada deverá manter o e-mail e o telefone (dados de contato) sempre atualizados.

### **5 COMISSÃO DE RECEBIMENTO**

3.5.1. O recebimento provisório e definitivo dos medicamentos se dará atendendo as exigências do Decreto nº 24159 de 16 de Julho de 2019 e Decreto 26054 de 24 de maio de 2022;

3.5.2. Os profissionais autorizados a realizar o recebimento provisório são a gestora de contrato ou qualquer funcionário lotado na central de abastecimento farmacêutico (CAF);

3.5.3. Já o recebimento definitivo se dará pelos membros da comissão de recebimento e controle de qualidade de medicamentos e materiais médico hospitalares, nomeados através da Portaria nº 005 de 16 de julho de 2019 e Portaria nº 15 de 18 de maio de 2022:

- Rafaela Bernaski Meira Hoffmann – Presidente da Comissão.
- Marina Corrêa Santos das Neves – Fiscal de Recebimento.
- Rita Cassiana Torres Opolis – Fiscal de Recebimento.
- Cesar de Souza Moraes – Fiscal de Recebimento.

### **6 RECEBIMENTO DO OBJETO**



- 3.6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 3.6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 3.6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 3.6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 3.6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 3.6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 3.6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 3.6.8. No momento da entrega, os medicamentos deverão possuir, no mínimo, 75% do seu prazo total de validade ainda vigente, não se admitindo entrega com prazo inferior a 12 meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente não sejam utilizadas dentro do prazo de validade. O pedido de aceite de validade menor deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do Gestor ou fiscal do Contrato antes que ocorra a entrega. O Pedido deve estar acompanhado de documentação comprobatória.
- 3.6.9. Todas as notas fiscais deverão conter obrigatoriamente: a Denominação Comum Brasileira do Produto (DCB) ou a descrição do material, o número de lote e a validade do produto, o número do empenho e o endereço de entrega
- 3.6.10. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).
- 3.6.11. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com as legislações dos Órgãos Competentes e do Código de Defesa do Consumidor.
- 3.6.12. As embalagens primárias e/ou secundárias dos medicamentos devem apresentar a inscrição "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO", de maneira legível e indelével, de forma a coibir possíveis desvios de medicamentos.



3.6.13. Todas as embalagens dos medicamentos devem ser acompanhadas das respectivas bulas.

3.6.14. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde. Não serão aceitos medicamentos fora de suas embalagens originais.

3.6.15. Nas notas fiscais deverá vir discriminado o quantitativo entregue de cada lote de todos os produtos entregues, conforme Portaria nº 802/98. Será permitida a entrega de no máximo 04 lotes de cada produto. Não havendo essa possibilidade, a empresa deverá solicitar autorização prévia à entrega ao gestor do contrato.

3.6.16. As embalagens primárias individuais dos medicamentos (ampolas, blisters, frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação, prazo de validade e concentração.

3.6.17. A licitante fica ciente de que se houver incompatibilidade de suas informações, com as características apresentadas pelos produtos estará sujeita às sanções previstas na legislação vigente e a não substituição pelo produto adequado será considerada como recusa de entrega.

3.6.18. Os produtos acondicionados em frascos de vidro ou bisnagas que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados por colmeias resistentes, a fim de evitar a quebra e dano dos produtos durante o transporte.

3.6.19. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre de segurança, com características de rompimento irrecuperável, na embalagem primária e secundária do produto.

3.6.20. Em caso de quebra de frasco (s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, e se necessário, o volume inteiro dos produtos, sem qualquer ônus para a Administração Pública.

3.6.21. A fim de evitar transtornos durante o contrato, exigimos que as empresas ganhadoras solicitem troca de marca do produto, apenas quando puderem comprovar a falta do produto no mercado ou a interrupção na fabricação por motivos específicos, comprovados por meio de documento do fabricante (por exemplo: falta de matéria-prima). Para análise jurídica da troca de marca exigimos a comprovação do custo da marca de contrato e da marca proposta e da qualidade da marca proposta.

## **7 DO TRANSPORTE DOS PRODUTOS**

3.7.1. O transporte dos produtos deverá ser feito por empresas habilitadas, dentro de condições que assegurem a qualidade dos mesmos, por meio do controle adequado durante o transporte e armazenagem em trânsito, garantindo que estejam devidamente protegidos quanto a pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles de temperatura devem ser apropriados para garantir a integridade do produto.

3.7.2. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

3.7.3. O acondicionamento e o transporte dos produtos devem ser feito dentro do preconizado para os mesmos, obedecendo as condições de empilhamento máximo das caixas estabelecidas pelo fabricante, a fim de evitar avarias dos produtos.

## **4. CLAUSULA QUARTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**





**1 Referente ao Gestor de Contrato:**

- 4.1.1. A Gestora da Ata será: SRA. ELIZA CARRANO PIERIN RAMOS, matrícula 10288, telefone (41) ....., e-mail....., conforme Portaria 94 de 04 de dezembro de 2020 da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.
- 4.1.2. analisar a documentação que antecede o pagamento;
- 4.1.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 4.1.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- 4.1.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- 4.1.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- 4.1.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 4.1.8. Demais atribuições na Seção V, Art. 28 e 29 do Decreto nº 26.815 de 31 de março de 2023.

**2 Referente ao Fiscal do Contrato:**

- 4.2.1. A Fiscal da Ata será: SRA. MARINA CORREA SANTOS DAS NEVES, matrícula 5145, telefone (41)....., e-mail ....., conforme Portaria 94 de 04 de dezembro de 2020 da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social e suplente de fiscal SRA. RITA CASSIANA TORRES OPOLIS, matrícula ....., telefone (41)....., e-mail ....., conforme Portaria 94 de 04 de dezembro de 2020 da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.
- 4.2.2. O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 4.2.3. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens;
- 4.2.4. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições;
- 4.2.5. receber designação e manter contato com o preposto da contratada e, se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens;
- 4.2.6. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- 4.2.7. verificar a correta aplicação dos materiais;
- 4.2.8. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido da promoção de controle de qualidade dos bens a serem adquiridos;
- 4.2.9. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 4.2.10. propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade;
- 4.2.11. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 4.2.12. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou





defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

4.2.13. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.2.14. Demais atribuições na Seção VI, Art. 30 e 31 do Decreto nº 26.815 de 31 de março de 2023.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PREÇO**

1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ ( ).

2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, incluindo tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

### **1 Liquidação**

7.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.1.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.1.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF



ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.1.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.1.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.1.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.1.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **2 Prazo de pagamento**

6.12.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.12.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária conforme fórmula abaixo:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.
------------	---------------------------	---

## **3 Forma de pagamento**

7.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



7.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.3.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência (ANEXO I) este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V)**

1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 05/01/2026.

2 Após o interregno de um ano, mediante pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, por meio da aplicação, pelo Contratante, do IGPM ou IPCA, o que for mais vantajoso para a administração, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste.

4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8 O reajuste será formalizado por simples apostilamento

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

1 São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;



9.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.1.9. A contratante é responsável por pagar à contratada pelo fornecimento dos serviços ou produtos de acordo com os termos e condições acordados no contrato.

9.1.10. A contratante deve fornecer à contratada todas as informações, recursos e assistência necessários para realizar o trabalho ou fornecer os produtos de acordo com o contrato.

9.1.11. A contratante deve cumprir com todos os prazos, condições e obrigações estabelecidos no contrato, incluindo fornecer aprovações e autorizações necessárias dentro dos prazos especificados.

9.1.12. A contratante tem o direito de avaliar a qualidade dos serviços prestados ou dos produtos entregues pela contratada e pode exigir correções ou ajustes se necessário.

9.1.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme previsto no § 4º, do art 333, do Decreto Municipal nº 26.815/2023.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.3. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.1.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transferir a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



10.1.6. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.1.7. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.8. Manter atualizado os dados para contato durante toda a vigência das atas/contrato;

10.1.9. Todos os itens deverão estar de acordo com as legislações vigentes e com as especificações descritas no Termo de Referência, além de, obrigatoriamente, possuírem registro válido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou Ministério da Saúde, quando for o caso. O número completo de registro do produto deverá corresponder àquele concedido pelo Ministério da Saúde para a embalagem e a forma farmacêutica cotada. Para os produtos passíveis de isenção de registro, apresentar os documentos comprobatórios.

10.1.10. No momento da entrega, o medicamento deverá possuir, no mínimo, 75% do seu prazo total de validade ainda vigente, não se admitindo entrega com prazo inferior a 12 meses.

10.1.11. E os custos decorrentes de manuseio, embalagem, transportes, fretes, seguros, carga e descarga do material, desde a sua origem até o local de destino, inclusive as despesas de devolução do material entregue em desacordo com o edital ou com eventuais defeitos de fabricação bem como, a reposição do produto, são de inteira responsabilidade da contratada.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.





10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

13.1.9. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

13.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei); multa compensatória de 0,5% a 5%.





ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); multa compensatória de 5% a 30%.

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei); multa compensatória de 15% a 30%.

iv) **Multa:**

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

(a) O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da dotação abaixo discriminada:

REQUISIÇÃO ...../2026 PD ...../2026

2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES**

1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)**

1 Fica eleito o Foro da Justiça da Comarca da Lapa/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lapa, de de 2026.

---

GIOVANNE COLAÇO HORNING  
Secretário Municipal de Saúde  
Representante legal do CONTRATANTE

---



**PREFEITURA  
MUNICIPAL  
DA LAPA**

Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro  
CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000

<https://lapa.atende.net>

.....  
Representante legal do CONTRATADO

---

ELIZA CARRANO PIERIN RAMOS  
Gestor do Contrato

---

MARINA CORREA SANTOS DAS NEVES  
Fiscal do Contrato

---

RITA CASSIANA TORRES OPOLIS  
Suplente de Fiscal do Contrato

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_  
CPF:

2- \_\_\_\_\_  
CPF:

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA (conforme anexo I do edital)**



**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

XXXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(    ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

(    ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

(    ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

(    ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

**1.** Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

**2.** Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data

---

Representante Legal



## **ANEXO VIII**

### **DECLARAÇÃO LGPD.**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública. Estarão disponíveis no portal de transparência para consulta pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

---

**Representante Legal**